



UNIVERSIDAD NACIONAL DE ROSARIO
Facultad de Humanidades y Artes
Escuela de Lenguas
Licenciatura en portugués

TESINA

*Estudo comparado das gramáticas de
maior circulação no Brasil e na Argentina.*

Virginia Irene Rubio Scola

Directora: Dra. Florencia Miranda

Rosario, 2011

Índice:

1.Introdução	2
2.Quadro teórico	4
2.1. Os gêneros textuais e contexto de produção	4
2.2. A heterogeneidade própria aos textos	6
2.3. O processo de gramatização	6
2.4. As gramáticas na historiografia lingüística argentina e brasileira.	8
3. Corpus de análise	13
4. Análise	16
4.1. Parâmetros de produção	16
4.1.1. Parâmetros das gramáticas que circulam na Argentina	17
4.1.2. Parâmetros das gramáticas que circulam no Brasil	19
4.2. As diferentes propostas das gramáticas	21
4.2.1. Que variedade língua prescreve/descreve/explica?	21
4.2.2. Com que objetivos?	24
4.2.3. Que teorias lingüísticas de base?	27
4.3. Comparação de uma unidade de análise: a oração	35
5. Conclusões	43
6. Referências bibliográficas	46
6.1. Corpus de análise	46
6.2. Obras citadas	46
7. Anexo	49

1. Introdução

As diferentes gramáticas de uma língua mostram diversas formas de descrever, explicar ou normatizar uma língua. Nossa proposta consiste na comparação de gramáticas da língua espanhola e gramáticas da língua portuguesa. Isto é, comparar as diferentes formas de pensar a língua em dois contextos: no Brasil e na Argentina. Interessa-nos trabalhar em contextos acadêmicos. Por esta razão, selecionamos as gramáticas segundo sua circulação em universidades brasileiras e argentinas. Foram escolhidas seis gramáticas: três argentinas e três brasileiras. O critério de seleção foi por meio da menção destas na bibliografia dos programas de ensino de disciplinas nos cursos de Letras e Lingüísticas. Acreditamos que desta forma podemos, aproximativamente, dar conta das gramáticas de maior circulação no âmbito acadêmico brasileiro e argentino.

Nosso intuito é identificar as correntes linguísticas que fundamentam estas gramáticas. Achamos que o estudo nos dará uma aproximação sobre quais as teorias linguísticas empregadas na hora de sistematizar, descrever, normatizar e pensar a língua portuguesa e espanhola no Brasil e na Argentina, respectivamente. Analisaremos as gramáticas como documento sócio-histórico, como gênero tal como entendido na corrente do interacionismo sócio-discursivo, ISD (Bronckart, 2003). Pensamos que as gramáticas se agrupariam todas em um mesmo gênero, o manual de gramática. Porém, nossa seleção do corpus de análise revela a gramática de Bosque & Demonte que consiste em uma gramática descritiva que responde aos critérios de outro gênero, o tratado científico. Esta gramática, apesar de não pertencer ao mesmo gênero que as outras, pode aportar interessantes informações para nossa análise. Decidimos reunir a todas sob o nome “obras de gramática” ou “gramáticas”, já que todas expõem hipóteses sobre o funcionamento da língua. Estas hipóteses se centram em posicionamentos teóricos diferentes, em base a objetivos específicos diversos e, portanto, pontos de vista diferentes na hora de conceituar a variedade de língua a descrever.

Defendemos a tese de que as gramáticas, sendo documentos sócio-históricos, foram concebidas de formas distintas na Argentina e no Brasil, já que respondem a diferentes problemáticas lingüísticas. Acreditamos que isto se deve aos diversos parâmetros de produção dos textos e aos distintos autores que se posicionam dentro de

diferentes quadros epistemológicos. Os posicionamentos teóricos, sem dúvida, dependem da história da lingüística própria à Argentina e própria ao Brasil. Entendemos que pela diferença de contextos de produção, a obra de gramática é concebida de maneiras díspares na Argentina e no Brasil. Estes dois países possuem histórias lingüísticas e políticas lingüísticas distintas que determinam diferenças na concepção social que se forma da gramática. Infelizmente, não podemos realizar uma análise de como são recebidas estas obras na sociedade, já que seria um trabalho muito ambicioso. Portanto, nos limitaremos em identificar os diferentes objetivos e fundamentos teóricos apresentados pelos autores que demonstram preocupações diversas segundo seu contexto de ação. Desta forma, apesar de não ser uma análise quantitativa com um número considerável de gramáticas, pretendemos mostrar que as obras gramaticais são concebidas de formas distintas na Argentina e no Brasil.

Nosso quadro teórico, para a análise das gramáticas se fundamenta no posicionamento epistemológico do ISD, principalmente, nas noções de gênero e de contexto de produção. Também, incorporamos da Análise do Discurso os conceitos de intertextualidade e interdiscurso próprios à heterogeneidade constitutiva dos textos. Desta forma podemos entender como as gramáticas se constroem em base a outras obras e movimentam uma determinada memória discursiva. Além disso, estudamos as gramáticas dentro do que Aurox denominou processo de gramatização. Acreditamos que este conceito traz importantes dados para entender as gramáticas que circulam na atualidade e entender os processos de gramatização na Argentina e no Brasil. Também, com este fim apresentamos um breve percurso histórico das gramáticas dentro da lingüística na Argentina e no Brasil.

A análise consta de três partes. Começamos pela identificação do contexto de produção de cada obra. Continuamos com a comparação das propostas de cada gramática por meio de perguntas sobre a variedade de língua que prescrevem/descrevem/explicam, sobre os objetivos que pretendem alcançar, e sobre a fundamentação teórica. Finalmente, comparamos como as gramáticas definem a oração, em base aos seus fundamentos teóricos. Cremos que, desta forma, podemos dar conta das diferentes formas de conceituar a língua, não só em base a lineamentos teóricos diferentes, mas devido a contextos diversos que demandam determinadas formas de pensar a língua.

2. Quadro teórico

2.1. Os gêneros textuais

Adotamos o posicionamento epistemológico exposto em “Atividade de Linguagem, textos e discursos, por um interacionismo sócio-discursivo” de Bronckart (2003). Essa posição teórica se baseia em correntes que defendem a tese de que

[...] as propriedades específicas das condutas humanas são o resultado de um processo histórico de socialização, possibilitado especialmente pela emergência e pelo desenvolvimento dos instrumentos semióticos. (Bronckart, 2003: 21)

Estas correntes partem do Interacionismo Social de Vigotsky e Voloshinov, que integram a dimensão discursiva da linguagem para identificar como a atividade da linguagem é constitutiva do social e contribui para moldar a pessoa nas capacidades psicológicas. Considera-se que o ser humano participa em atividades muito diversas e complexas devido à dimensão social possibilitada pela linguagem, contrário ao que acontece com os animais. A linguagem ocupa um papel central na socialização, já que permite a negociação, o agir em comunidade. Esta postura rejeita de raiz os postulados epistemológicos do positivismo para considerar as ações humanas em suas dimensões sociais e discursivas e desta forma questionar as divisões estritas das ciências humanas em diferentes disciplinas e subdisciplinas.

A linguagem permite veicular representações da realidade. Estas são metodologicamente divididas por Bronckart em três mundos, retomando a Habermas: o mundo objetivo, representações coletivas dos parâmetros do ambiente; o mundo social, representações convencionais de cooperação sobre a maneira de organizar as tarefas entre membros de um grupo; mundo subjetivo, representações coletivas das características próprias de cada indivíduo na tarefa a realizar. Estes mundos constituem o contexto específico das atividades do homem. Portanto, também constituem o contexto das atividades de linguagem, desta forma por meio da descrição desses mundos podemos reconstruir os parâmetros de produção dos textos.

Como indica Bronckart (2003: 92), para a análise de qualquer texto não podemos ter acesso à situação de produção real do agente - representação de mundo que ele tem no momento da ação de linguagem. Porém, podem-se realizar hipóteses sobre esta situação. Para produzir o texto o agente precisou mobilizar representações sobre os três

mundos (físico, social e subjetivo) que tiveram influências na constituição do texto. O contexto de produção é definido como o conjunto dos parâmetros que podem exercer uma influência sobre a forma como um texto é organizado.

Partimos do estudo dos textos na perspectiva metodológica que adota o ISD, conceituada como descendente (Bronckart, 2003: 70). Isto significa que existem relações de interdependência entre as características das situações de produção e as características dos textos. A perspectiva descendente implica rejeitar a perspectiva representacionista que consiste em, primeiramente, traduzir a lógica do mundo ou das operações de pensamento em linguagem, para depois transmitir essas representações verbalizadas. Segundo esta visão, antes da linguagem existe um pensamento como substância amorfa. Esta perspectiva vem sendo implementada desde as categorias do pensamento de Aristóteles passando por Port Royal, até nossos dias com o gerativismo. Segundo os cognitivistas contemporâneos, teríamos um substrato lingüístico universal e inato que se manifestaria em diversas línguas naturais que permitiriam produzir diferentes textos. Pelo contrário, segundo o ISD não se pode dar conta destes processos, já que a teoria de princípios e parâmetros não é suficiente. Precisa-se de uma mudança radical; propõe-se a metodologia descendente. Consiste em partir dos textos como representantes empíricos das atividades de linguagem, e a partir deles se concebe o construto abstrato e secundário que é o sistema da língua. Antes de chegar ao sistema se identificam regularidades entre os textos e as atividades de linguagem, estas formas estáveis de textos podem ser agrupadas em gêneros. Este conceito de gênero tem suas origens com Bakhtin e Voloshinov (1992, 1997).

Assumimos, efetivamente, que todo texto se inscreve em um gênero que agrupa outros textos com determinadas regularidades, isto é semelhanças lingüísticas em sua composição. Na metodologia do ISD são analisados os textos empíricos em base ao que Bronckart denomina de folhado textual, ou seja, camadas superpostas de caráter hierárquico. Estas camadas são: a infra-estrutura geral do texto, os mecanismos de textualização e os mecanismos enunciativos. Centraremos nosso foco para a análise nos mecanismos enunciativos, constituídos pelas modalizações e pelas vozes. As primeiras servem para esclarecer os posicionamentos, fazer avaliações sobre aspectos do conteúdo temático, também, permitem a coerência pragmática do texto explicitando julgamentos,

opiniões, sentimentos. As diferentes vozes representam as fontes dessas avaliações, as instâncias que se assumem ou se responsabilizam por elas (Bronckart, 2003: 319).

2.2. Heterogeneidade própria aos textos

Incorporamos ao nosso referencial teórico conceitos da Análise do Discurso de orientação francesa, especialmente pela relação que estabelece entre texto e contexto, pela consideração dos embates históricos, sociais etc. que se cristalizam no discurso e a consideração do discurso no seu espaço próprio, no interior de um interdiscurso. Segundo Mainguenu:

um discurso quase nunca é homogêneo: ele mistura diversos tipos de sequências textuais, faz variar a modalização, os registros de língua, os gêneros de discurso etc. Entre os fatores de heterogeneidade, atribui-se um papel privilegiado à presença de discursos “outros” – atribuíveis a outra fonte enunciativa. (2004: 261)

Authier-Revuz introduz uma distinção entre heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva. Em relação à heterogeneidade dos gêneros, consideraremos as diferentes formas de intertextualidade explícita ou implícita e a interdiscursividade. Tomamos o conceito de interdiscurso como o define Orlandi (1999: 33) em sua teorização do discurso em relação à ideologia e à historicidade: como a memória que torna possível o dizer para sujeitos num determinado momento e que representa o eixo de sua constituição, “é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos”. A autora o diferencia do intertexto que se restringe a menção explícita ou implícita de outros textos.

2.3. O processo de Gramatização

Para a análise partimos do conceito teórico de gramatização segundo Sylvain Aurox (1992: 65): “Por *gramatização* deve-se compreender o processo que conduz a descrever uma língua na base de duas tecnologias ainda hoje os pilares de nosso saber metalingüístico: a gramática e o dicionário”. Este conceito nos ajuda a entender a sistematização e normatização das línguas na evolução das ciências da linguagem.

Aurox coloca três perguntas gerais sobre as ciências da linguagem: quando e em que circunstâncias nasceram estas disciplinas? qual é seu impacto sobre o desenvolvimento cultural humano? e quais são os grandes movimentos que geraram?

Propõe duas teses para responder as questões. A primeira sobre a origem das ciências da linguagem concebida como consequência da escrita, e fator necessário para a reflexão metalingüística. A segunda tese, de grande interesse para nosso trabalho, sobre o processo de gramatização que se inicia no Renascimento e consiste em elaborar dicionários e gramáticas de todas as línguas do mundo com base na tradição greco-latina.

[...] Esse processo de gramatização mudou profundamente a ecologia da comunicação humana e deu ao Ocidente um meio de conhecimento / dominação sobre as outras culturas do planeta. Trata-se de uma revolução tecnológica que não hesito em considerar tão importante para a história da humanidade quanto a revolução agrária do Neolítico ou a Revolução Industrial do século XIX. (Auroux, 1992: 8)

O autor identifica três grandes avanços tecnológicos que revolucionaram as formas de compreender as línguas: a primeira seria a scripturização - a escrita -, a segunda a gramatização, e a terceira (atualmente funcionando) seria a automatização.

O processo massivo de gramatização implica uma transferência cultural. Por exemplo, quando se sistematiza o guarani com bases nas gramáticas latinas. Auroux analisa esta transferência de duas formas considerando quem realiza a descrição/normatização da língua: processo de endo-gramatização - no caso de ser um nativo da língua -, e processo de exo-gramatização - no caso de ser não-nativo da língua a ser descrita.

Ademais, o autor trabalha com o conceito de hiperlíngua que desenvolve em “La réalité de l’hyperlangue” (1997). Esta seria a língua produzida em um espaço/tempo, por indivíduos dotados de ‘gramáticas’ não necessariamente idênticas, auxiliados por artefatos técnicos, isto é, instrumentos lingüísticos, dentre os quais a gramática e o dicionário. (Auroux, 1997: 112). Para que dois indivíduos comuniquem, eles devem compartilhar uma mesma hiperlíngua, pertencer à mesma rede de comunicação. A proposta da hiperlíngua consiste em considerar, na atividade lingüística, os sujeitos falantes com suas respectivas competências e contexto cultural na realidade não lingüística. Interessam-nos especialmente os instrumentos lingüísticos. Estes não elaboram somente descrições de línguas, mas mudam os espaços de comunicação. A gramatização produz instrumentos lingüísticos que figuram na hiperlíngua, modificam a estrutura e permitem uma maior estabilidade lingüística. A gramática apresenta

hipóteses sobre a estrutura da hiperlíngua. Ela é a realidade última que abraça e situa toda realização lingüística e limita as inovações.

2.4. As gramáticas na historiografia lingüística argentina e brasileira.

Segundo Cristina Altman (2009: 118), existe uma grande diferença entre o começo da produção lingüística na América Portuguesa e na Espanhola. Por exemplo, em Lima, já desde 1551 existiam políticas de ensino de línguas indígenas. No Brasil, somente no século XX aparece a cátedra do estudo do Tupi antigo, só existiam duas descrições das línguas originariamente existentes: o Tupinambá, feita pelo padre Anchieta, e o Kiriri.

Mattoso Câmara é o introdutor da ciência lingüística no Brasil. Ele descarta a herança descritiva colonial-missionária no Brasil por ser utilitária, com fins religiosos e de doutrinação, e também por serem estudos catequéticos moldados ao latim. Para Câmara os estudos da filologia, da tradição normativa e o estudo das línguas indígenas constituem os estudos pré-lingüísticos da lingüística no Brasil. A geração dos anos 60 tratava da descrição estrutural sincrônica das línguas indígenas e do português falado, mas era constantemente atualizada pelas inovações vindas da Europa com novos critérios e objetivos de análise. Segundo Coseriu, o Brasil estava pendente do que acontecia na Europa.

Na polêmica lingüística - freqüente especialmente no Brasil - prevalece o complexo de informação: não se discute o que o outro pensa, mas o que ele sabe a respeito de fatos, concepções e métodos. (Coseriu apud Altman, 2009: 127)

Com a necessidade de absorver novas realidades científicas vindas da Europa os pesquisadores brasileiros não reconheceram uma tradição nacional e Latino-Americana. Fato que também se pode observar na lingüística da América Hispânica, tal como mostraremos mais adiante.

No âmbito do projeto História das Idéias lingüísticas¹, liderado por Eni Orlandi realizam-se pesquisas sobre a história da produção de idéias lingüísticas e instrumentos tecnológicos, como as gramáticas e os dicionários, e sobre o processo de constituição da

¹ Programa de pesquisas em colaboração científica com a França, 1998, propõe aliar “a história da construção do saber metalingüístico com a história da constituição da língua nacional, visando trazer contribuições específicas ao modo de pensar e trabalhar a questão da língua nos países colonizados” (Orlandi, 2001: 7)

língua nacional baseado nos conceitos de Sylvain Auroux. De grande interesse para nosso estudo é o trabalho sobre “Formação de um espaço de produção lingüística: a gramática no Brasil” de Eni Orlandi e Eduardo Guimarães (2001). Os autores tratam a influência da história das idéias lingüísticas sobre a história da constituição da língua nacional. Eles demonstram a tese de que o processo de formação da língua nacional no Brasil traz novos elementos para a compreensão da gramática e para a explicação da relação da língua com o Estado. Os autores afirmam:

A questão da língua nacional está ligada aqui ao processo de gramatização brasileira do português que é posto em curso a partir da segunda metade do século XIX. Desde então o Brasil tem seus próprios instrumentos lingüísticos de gramatização, diferentes dos de Portugal. A gramatização brasileira aparece com um novo elemento constitutivo deste outro espaço de produção lingüística. (Orlandi & Guimarães, 2001: 24)

Os lingüistas trabalham com a noção de hiperlíngua para afirmar que o português do Brasil a partir de 1830 inclui matizes nacionais em virtude do processo brasileiro de gramatização. Isto se deve a que não se trata de ter conhecimento sobre qual é a língua que se fala, mas de construir um aparelho institucional para que o Brasil saiba que língua é a sua própria língua. Como diz Sylvain Auroux, o processo de gramatização faz parte de um novo espaço de produção lingüística. A gramática do Brasil começa a se distanciar do modelo português de uma gramática mais filosófica e da tradição gramatical portuguesa em geral. Este processo está ligado ao ensino da língua portuguesa no Brasil. Os autores colocam dois grandes fatos que fizeram com que a gramática do Brasil se distanciasse da de Portugal: a relação que o Brasil teve com idéias filosóficas e científicas de outros países diferentes de Portugal e a instituição escolar brasileira a partir da fundação do colégio Pedro II em 1837.

A elaboração de novas gramáticas da língua nacional do Brasil, como por exemplo o “Compendio de Grammatica da língua Nacional” de Antonio Álvares Pereira Coruja em 1835, faz com que se questione a diferença entre o português do Brasil e o português europeu. A elaboração de novas gramáticas brasileiras e o fato de não se distanciarem totalmente da unidade lingüística com Portugal são, segundo os autores, os dois pontos fortes da gramatização brasileira no final do século XIX.

Os autores introduzem um conceito referido à noção de autor que toma sentido para a gramatização brasileira: a função-autor-brasileiro da gramática, que distingue a

gramatização brasileira da praticada em Portugal. “Ser autor de uma gramática é ter uma responsabilidade como homem de ciência e ter uma posição de autoridade em relação à singularidade do português” (Orlandi & Guimarães, 2001: 28).

Guimarães & Orlandi defendem que a partir da gramatização da língua nacional pode-se observar como a sociedade brasileira vai formando sua identidade lingüística.

Ligando a questão da instrumentação da língua à de sua institucionalização, temos meios para compreender como a sociedade, constituindo um novo espaço político-social, se dá uma consciência histórica de sua língua, neste caso o português dos brasileiros (idem: 32).

Para identificar este português é preciso produzir sua sistematização, descrição, uma análise que lhe possa garantir uma configuração singular. Desta forma, não há política lingüística sem gramática e a forma da gramática define a forma das políticas lingüísticas.

O caso da gramatização na Argentina não se pode estudar separadamente da América Hispânica e suas relações com a península, deve-se entender no conjunto. Segundo Coseriu (1980: 289), no panorama da lingüística Ibero-Americana entre os anos 1940 e 1965, é necessário ter em conta a íntima unidade entre a lingüística hispano-americana e a espanhola. Era condição determinante da atividade dos vários centros ibero-americanos serem homogêneos, quanto à informação básica e orientação metodologia. Em geral, o que se publicava na Espanha tinha um grande prestígio na América hispânica.

Segundo Maria do Carmo Henríquez Salido (1997/1998), na história gramatical do mundo hispânico também predominava no século XIX a gramática geral filosófica e ideológica. Salvá e Bello serão os que quebram com esta corrente para elaborar uma gramática descritiva e normativa com o objetivo de descrever a língua das autoridades idiomáticas. Devemos considerar Andrés Bello como o precursor da gramática na América Hispânica. Ele defendia o critério descritivo da gramática, mas acentuava o fato de que o princípio dominante fosse o princípio de atividade idiomática presentes nos textos:

La teoría gramatical está elaborada en la “codiciable compañía de Bello”, de ahí que el criterio que presida la gramática sea el criterio

descriptivo, y que el principio dominante sea el de las autoridades idiomáticas “ingeniosos”, “distinguidos”, “más ilustres”, “grandes”, “principales” escritores hispanoamericanos o españoles pues la obra de los escritores de todas las regiones es la que da el “mayor esplendor” al idioma (Salido, 1998: 94).

A autora faz um estudo sobre a concepção de “uso correto” da língua que aparece na *Gramática Castellana* de Alonso & Ureña. Alonso leva na prática o princípio metodológico da descrição do espanhol tanto da Espanha como da América.

[...] el español de América no puede estudiarse como tal, sino dentro del cuadro general de la dialectología española y en comparación con todo el español de España – antiguo y moderno, literario y corriente, común y dialectal, general y regional. (Alonso apud Salido 1998: 94)

A obra de Alonso & Ureña parte das concepções da gramática de Bello e o seu escopo consiste em proporcionar regras para a língua, que deve ser usada de modo correto e exemplar. Buscava-se impedir a divisão idiomática e conservar a unidade da língua nascida em Castilha. É preciso renunciar a suas particularidades em favor de uma idéia geral, considerando o espanhol como um idioma que se renova por todos os homens cultos de diferentes nações. Desta forma, pode-se entender uma profunda vontade de unidade da língua entre a península e a América Hispânica, devendo se atualizar constantemente sem a necessidade de uma estar ao serviço da outra.

Segundo o panorama da lingüística na Argentina realizado por Giammatteo & Albano (2007: 113), o precursor da lingüística como ciência é justamente Amado Alonso, quem fundou em 1923 o Instituto de Filología y Literaturas Hispánicas, que mais tarde levará seu nome. É o primeiro instituto de filologia de vida mais ou menos ininterrupta em toda a América ibérica. Neste instituto, Alonso junto com seus discípulos traduz ao espanhol o *Curso de Lingüística Geral* de Saussure em 1945. Isto desencadeará uma das correntes de maior peso na Argentina, o estruturalismo, amplamente difundido por uma das suas discípulas, Ana María Barrenechea. Em 1960 teremos um auge de textos para o ensino médio publicado pela cátedra de gramática na Universidade de Buenos Aires (UBA), que estabelecia suas bases teóricas no estruturalismo de Saussure, no funcionalismo da escola de Praga e na glossemática de Hjelmslev. Seus interesses visavam à sintaxe e as classes de palavras. Em 1966, a direção da cátedra é tomada por Kovacci (autora de uma das gramáticas do nosso corpus) que se baseia no descritivismo europeu e incorpora noções de fonologia e morfologia.

Nos anos 70 começa a se difundir a teoria chomskyana na Argentina. Porém, na cátedra de gramática na UBA se mantém o estruturalismo com alguns aportes da gramática gerativa. A partir dos anos 80 conforma-se tendência mais textualista e uma concepção interdisciplinar da lingüística como a sociolingüística, a psicolingüística etc.

Na gramatização brasileira e hispano-americana é importante mencionar dois centros com tendência à homogeneização das descrições da língua. No Brasil, a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), que foi instaurada por um decreto do Ministério da Educação e da Cultura em 1959. Este tornou obrigatória (oficial) para o ensino no Brasil uma nomenclatura fixa dos fatos gramaticais. Orlandi & Guimarães comentam a respeito:

Esta Nomenclatura decretada pelo Estado anula os efeitos de uma posição original de autores assumida pelos gramáticos. Estes não falam mais dos fatos da linguagem, eles repetem uma nomenclatura que lhes foi oficialmente imposta (2001: 28).

Do lado hispânico também existe um organismo que mantém de certa forma a homogeneidade da língua, trata-se da Real Academia Española (RAE). Esta foi fundada na Espanha em 1713, aprovada e reconhecida pelo, nesse momento, rei da Espanha, Felipe V. Nesse então seu propósito era “fijar las voces y vocablos de la lengua castellana en su mayor propiedad, elegância y pureza”, cujo emblema era “limpia, fija y da esplendor”. O escopo era combater tudo o que alterasse a elegância e pureza da língua e fixar o ideal de língua no estado de plenitude no século XVI. Isto mostra a trajetória tradicional e conservadora desta instituição; contudo a RAE teve que se adaptar às exigências das mudanças idiomáticas:

Actualmente, y según lo establecido por el artículo primero de sus *Estatutos*, la Academia «tiene como misión principal velar porque los cambios que experimente la Lengua Española en su constante adaptación a las necesidades de sus hablantes no quiebren la esencial unidad que mantiene en todo el ámbito hispánico». (site oficial da RAE)

3. Corpus de análise

Para a conformação do corpus selecionamos as obras de gramática que se mencionam na bibliografia de programas de ensino com conteúdos lingüísticos. Os programas correspondem às licenciaturas ou bacharelados em Letras de universidades públicas do Brasil e da Argentina. As universidades foram escolhidas por região de maior desenvolvimento social e econômico e pela quantidade de estudantes. Dentre essas gramáticas, priorizamos as produzidas por argentinos e brasileiros, já que nos interessa trabalhar com a produção lingüística específica desses países. As universidades que foram consultadas no Brasil são as seguintes: Universidade Federal do Rio Grande Do Sul (URGS), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Na Argentina consultamos: Universidad de Buenos Aires (UBA), Universidad Nacional de Rosario (UNR), Universidad Nacional de Córdoba (UNC), Universidad Nacional de La Plata (UNLP), Universidad Nacional Del Litoral (UNL). Pensamos que com esta forma de recortar nosso corpus de estudo temos uma aproximação das gramáticas de maior circulação no âmbito acadêmico.

Somando as universidades brasileiras e argentinas achamos 48 programas dos cursos de Letras e Lingüística que apresentam obras de gramática como bibliografia. Os programas das universidades argentinas são 20. No quadro a seguir, expomos as gramáticas que mais se repetem nos programas de ensino em cada universidade da Argentina².

Argentina	Bosque y Demonte, 1999	Di Tullio, 1999	Kovacci 1990, 1992	Franch y Blecua, 1975	RAE*, 1973	Bello, 1847	Llorach 1994	Alonso y Ureña, 1938
UBA	6	2	3	3	3	4	3	2
UNR	3	1	1	1	2	1		
UNL	2	3	3	1	1		1	
UNC	2	2	2	1		2	1	2
UNLP	2	3		2	2			
TOTAL	15	11	9	8	8	7	5	4

* Esbozo de una nueva gramática de la lengua española, Madrid, 1973

Quadro 1

No quadro, podemos observar que predominam as seguintes gramáticas:

² O quadro com a totalidade das gramáticas achadas encontra-se no apêndice.

BOSQUE & DEMONTE, Gramática descriptiva de la lengua española, 1999
 DI TULLIO, Manual de Gramática del español, 1999
 KOVACCI, El comentario gramatical, tomo I e II, 1990, 1992

Para nosso estudo selecionaremos estas três. Apesar de a gramática de Bosque & Demonte não ser de produção argentina não podemos deixá-la, já que uma das organizadoras, Violeta Demonte, é de origem argentina e trata-se de uma obra coletiva onde participam vários autores de diferente procedência, entre eles Ofélia Kovacci. Além disso, esta obra representa uma referência para outras gramáticas e trabalhos de pesquisa lingüística sobre a língua espanhola; também, a obra está presente em um grande número de programas.

Nas universidades brasileiras achamos 28 programas que apresentavam os seguintes manuais³:

Brasil	MIRA MATEUS ET al., 1983	PERINI 1995	CUNHA & CINTRA, 1984	BECHARA, 1961	ROCHA LIMA, 1957	NEVES, 2000	RIBEIRO 1881	GALVES, 1998
UERJ	3	2	3	3	2	1	1	
UNICAMP	5	4	3			1		2
USP	2	1	3	2	2			1
URGS	3	4	3	4	3	4	2	
UFSC		1						
TOTAL	13	12	12	9	7	6	3	3

Quadro 2

No caso do Brasil predomina a gramática portuguesa organizada por Mira Mateus, mas não a selecionamos porque não tem co-autores brasileiros, nem supera em grande número a quantidade das outras gramáticas, e também não figura em todas as universidades escolhidas para a pesquisa. Selecionamos as seguintes gramáticas:

PERINI, Gramática descritiva do português, 1998
 CUNHA e CINTRA, Nova gramática do português contemporâneo, 1984
 BECHARA, Moderna gramática da língua portuguesa, 1961

Nos quadros completos com a totalidade de gramáticas encontradas nos programas, podemos observar uma grande diferença entre a quantidade de gramáticas consultadas na Argentina e no Brasil. São 13 gramáticas de circulação nas universidades do Brasil e 23 nas universidades da Argentina, apesar de ter-se achado só 20 programas

³ Ver apêndice quadro completo

de ensino na Argentina. Cada programa de ensino argentino apresenta um maior número de gramáticas para consulta. Nos programas brasileiros, a gramática mais antiga é a de Almeida de 1956, nos programas argentinos figura a gramática de Nebrija de 1492, segue a esta a gramática de Villalón de 1558. Podemos considerar que as gramáticas consultadas na Argentina representam uma maior quantidade, já que se tem em conta um período maior cronologicamente, desde a aparição das primeiras gramáticas em língua espanhola. No conjunto, a maioria das gramáticas no contexto argentino são escolhidas a partir dos anos 70, excetuando as gramáticas de Bello de 1847 e Alonso e Ureña de 1938, que representam uma referência na história da gramatização na América Hispânica como já mencionamos. Também do lado argentino se consulta não somente gramáticas de diferentes épocas, mas também obras publicadas em diferentes países. Do lado brasileiro, predominam gramáticas publicadas a partir dos anos 80, excetuando Rocha Lima e Bechara (consideremos que esta última passou por várias atualizações).

4. Análise

4.1. Parâmetros de produção

Dentre os aspectos considerados por Bronckart (2003) para definir o contexto de produção são de relevância para nossa análise especialmente alguns dos parâmetros. Dentro do contexto físico interessa-nos o momento de produção e o emissor. O momento de produção, já que precisamos do momento aproximativo no qual o texto foi realizado para poder contextualizá-lo historicamente segundo os avanços lingüísticos da época. O emissor indica-nos a pessoa que produz fisicamente o texto, indispensável para nossa análise, já que foi um dos critérios de seleção de nosso corpus. Ademais, sabendo o emissor do texto podemos ter acesso à bibliografia produzida por este autor empírico. As obras publicadas pelo autor nos indicam um determinado posicionamento teórico que, sem dúvidas, se relaciona com a fundamentação do texto. Porém, o lugar de produção e o receptor não aportam informações para nosso trabalho. O primeiro é incerto, já que se trata do lugar físico onde o texto foi escrito; poderia ter sido escrito em qualquer lugar do mundo, sobretudo hoje em dia graças aos avances da comunicação. Sendo o receptor as pessoas que podem perceber ou receber concretamente o texto, não aporta um dado importante, já que em todos os casos seriam todos os possíveis leitores.

No caso do contexto sócio-subjetivo, interessam-nos todos os parâmetros propostos por Bronckart, já que se trata da inserção do texto no quadro das atividades de uma formação social e no quadro de uma interação comunicativa, que implica o mundo social e o mundo subjetivo. Para a análise, o lugar social é importante, já que nos informa sobre a formação social ou instituição que sustenta o texto, e em que modo de interação o texto é produzido. A posição social do emissor ou enunciador define o papel social que o emissor desempenha na interação em curso, e desta forma acrescenta importantes informações sobre os autores de nossas gramáticas. A posição social do receptor ou destinatário consiste no papel social atribuído ao receptor do texto, informa-nos sobre a quem foram dirigidas as gramáticas. E, finalmente, o último parâmetro, o objetivo, é fundamental, já que em base a este vão estar fundamentadas as gramáticas. Por enquanto, os objetivos que identificamos, nesta primeira parte da análise, nos parâmetros de produção, são os objetivos explicitados pelos autores, geralmente, expostos no prefácio ou na introdução.

4.1.1. Parâmetros das gramáticas que circulam na Argentina

Contexto físico			
Título	Gramática descriptiva de la Lengua española	Manual de gramática del español	El comentario gramatical Vol. I y II
Momento de produção	Antes da publicação da primeira edição outubro 1999	Antes da publicação da primeira edição: 1999	Antes da publicação da primeira edição: 1990 vol. I e 1992 vol. II
Emissor	Obra coletiva organizada por Violeta Demonte e Ignacio Bosque	Ángela Di Tullio	Ofelia Kovacci
Contexto sócio subjetivo			
Lugar social	Âmbito acadêmico	Âmbito acadêmico	Âmbito acadêmico
Posição social do Emissor	Professores e especialistas de língua espanhola de diferentes partes da Espanha e hispanoamérica.	Professora e doutora em gramática da Universidad del Comahue, Argentina	Professora e doutora em Lingüística da UBA, Argentina
Posição social do receptor	Pesquisadores e especialistas que trabalham na gramática teórica.	Alunos universitários de língua espanhola.	Alunos universitários de língua espanhola.
Objetivo	Uma descrição minuciosa e rigorosamente científica da língua espanhola	Proporcionar uma descrição gramatical e valorizar a gramática como instrumento de análise.	Orientar o aluno na análise gramatical, estabelecer comparações e pensar inovações a partir de diferentes lineamentos teóricos.

BOSQUE & DEMONTE, Gramática descriptiva de la lengua española
 DI TULLIO, Ángela, Manual de gramática del español
 KOVACCI, Ofelia, El Comentario gramatical, vol I, II

As três gramáticas foram publicadas na mesma década, mas em diferentes lugares de circulação. Apesar de pertencer todas ao âmbito acadêmico, a gramática de Bosque & Demonte foi produzida em outro contexto, na Espanha, lugar onde foi editada. As três compartilham o objetivo de descrever a língua espanhola, mas em base a propostas diferentes. Isto se pode perceber nos títulos. Di Tullio apresenta uma proposta didática colocando a palavra “manual”, que implica um gênero que supõe rápido acesso a esclarecimentos e consultas. A proposta de Kovacci, intitulada “Comentário gramatical”, tende mais para uma explicação didática da gramática da língua e dá idéia de um determinado posicionamento com respeito ao assunto a tratar, já que a palavra comentário revela um conhecimento primeiro de parte do autor para justamente poder “comentar” sobre o assunto. Pelo contrário, a “Gramática descriptiva de la lengua española” não expressa dados sobre um conteúdo didático, mas sobre uma descrição rigorosa da língua.

Também é importante considerar o tamanho de cada uma das obras. A mais comprida é a gramática da RAE com três tomos de 1500 páginas que supera em grande

número de páginas às outras duas gramáticas, que possuem muito menos (Di Tullio: 410p. e Kovacci: 2 tomos de 400p. cada).

Além disso, as gramáticas diferem nas partes constitutivas. As obras de Di Tullio e Kovacci incluem exercícios de prática o que implica uma abordagem diferente de Bosque & Demonte, que se preocupa pela exaustividade no tratamento de um tema dado como se pode observar no comprimento e nos títulos e subtítulos, que tratam temas específicos e complexos (por exemplo, “Cap.5. La estructura del sintagma nominal: Los modificadores del nombre por Gemma Rigua” ou “Cap. 6. La estructura del sintagma nominal: Las nominalizaciones y otros sustantivos con complementos argumentales, por M. Carme Picallo”). A proposta não consiste em facilitar uma melhor compreensão, senão que apresenta diferentes posições e questioná-las, nem sempre chegando a uma determinada resposta. No prefácio de Bosque & Demonte, escrito pelo diretor da Real Academia Espanhola, a gramática é apresentada como “... la mayor empresa gramatical acometida en este siglo, llamada a tener una trascendencia enorme en nuestra cultura.”(1999: XIII). Esta citação mostra a preocupação pela exaustividade dos temas e pela complexidade. Por outro lado, as outras duas obras tratam-se claramente de propostas didáticas. Por estas diferenças de objetivos, os destinatários resultam ser bem diferentes: a gramática de Bosque & Demonte dirigida a um público de especialistas em lingüística, e as outras a estudantes universitários.

A proposta da gramática de Di Tullio visa à necessidade de uma valorização da gramática no ensino, que as outras não mencionam. A autora afirma na introdução: “Descartada la gramática tradicional y alejada de la formalización que requiere la gramática teórica, la escuela parece haberse quedado sin gramática” (Di Tullio 2010: 13). Sem dúvida, esta problemática não é mencionada na gramática de Kovacci por esta ser anterior. Também não aparece na gramática de Bosque & Demonte, por se tratar de uma problemática própria à Argentina. Di Tullio trata desta temática no seu artigo “La lingüística en la Argentina: una ojeada retrospectiva” (2007), onde afirma que as propostas interdisciplinares como a semiologia, a sociolingüística, a psicolingüística, a pragmática surgiram na Argentina excluindo a gramática:

Lamentablemente, la falsa antinomia entre gramática y discurso no contribuyó a un desarrollo armónico de los estudios lingüísticos, como se advierte en la insuficiencia de especialistas en áreas fundamentales como la semántica, la fonología, la lexicología o la gramática misma (tanto en la sintaxis como en la morfología). En el terreno de la

enseñanza de la lengua, la gramática estructural mantuvo el diseño de los años 60, al que se le fueron superponiendo sucesivas adiciones discursivas, no siempre manteniendo la debida coherencia conceptual. (Di Tullio, 2007: 136)

Esta mesma problemática é identificada também por Ciapuscio (2007: 123) que apresenta o fato da desatenção nos anos 90 ao estudo do sistema da língua como resposta ao estruturalismo que dominara a linguística até então. Com o advento da Análise do Discurso, da linguística textual, da pragmática, da sociolinguística e da análise da conversação, se prioriza o discurso com uma falsa ilusão de que se possa estudar a aquisição linguística e a língua em uso sem um conhecimento específico da língua enquanto sistema.

A obra de Kovacci apresenta um objetivo, aparentemente, mais complexo: além de ser uma gramática que descreve e explica a língua, se propõe apresentar as inovações em linguística e os diferentes lineamentos teóricos. Os objetivos das gramáticas serão aprofundados no item “4.2.3- Com que objetivos?”

4.1.2. Parâmetros das gramáticas que circulam no Brasil

Contexto físico			
Título	Gramática descritiva do português	A nova gramática do português contemporâneo	Moderna gramática da língua portuguesa
Momento de produção	Antes da publicação da primeira edição 1998	Antes da primeira edição 1984.	Antes da primeira edição 1961, depois revista e aumentada até a 37ª edição em 1999.
Emissor	Mário Perini	Celso Cunha & Lindley Cintra	Evanildo Bechara
Contexto sócio subjetivo			
Lugar social	Âmbito acadêmico	Âmbito acadêmico	Âmbito Acadêmico
Posição social do Emissor	Professor e Doutor em Letras da Universidade Federal de Minas Gerais	Celso Cunha, brasileiro, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro; e Luís Filipe Lindley Cintra, português, da Universidade de Lisboa	Professor de língua portuguesa da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Universidade Federal Fluminense.
Posição social do receptor	“Profissionais da área, professores de primeiro e segundo graus, alunos e professores dos cursos de letra” (Perini, 2005:16)	Estudiosos da língua portuguesa	Professores de língua portuguesa, alunos e público estudioso da língua.
Objetivo	Questionar as bases teóricas da gramática normativa e apresentar uma descrição científica baseada em fatos observáveis da língua padrão.	Descrever a língua culta tendo em conta os diferentes territórios onde esta é língua oficial por meio da gramática descritiva e da tradicional.	Aliar uma descrição científica e sincrônica da língua portuguesa junto com a gramática normativa sem confundilas.

PERINI, Mário, *Gramática descritiva do português*. São Paulo, Ática, 2000.
CUNHA & CINTRA, *A Nova Gramática do Português Contemporâneo*
BECHARA, Evanildo, *Moderna Gramática da língua portuguesa*, São Paulo: Pontes, 1999

Aqui observamos que os anos de publicação são bem diferentes a pesar de as gramáticas terem sido reeditados várias vezes com atualizações, como é o caso da obra de Bechara que está na sua 37ª edição. Devemos ter em conta esses diferentes momentos de produção para nossa análise.

Os títulos das gramáticas nos dão alguns dados a ter em conta. As obras de Cunha & Cintra e de Bechara nos indicam com as palavras “Nova” e “Moderna”, que se trata de uma novidade com respeito à gramática tradicional e o adjetivo “moderna” se contrapõe com tradição. Se existe a moderna ou a nova é para marcar uma diferença com as antigas. Segundo Orlandi & Guimarães (2001: 27), Bechara chama sua gramática de “moderna” implicando a unidade do português: a língua seria sempre a mesma, a gramática mudaria, seria a moderna. Na gramática de Cunha & Cintra, Orlandi & Guimarães acentuam o fato de ser uma aliança entre um lingüista português e um lingüista brasileiro. Nesta mesma obra, diz-se “português contemporâneo” no título, o que indica uma atualização considerando uma variedade atualizada do português compartilhada em diferentes continentes.

O título da gramática de Perini dá idéia de uma gramática mais científica, pelo fato de esclarecer que se trata de uma gramática descritiva em detrimento de uma normativa; lembra a gramática de Bosque & Demonte. Contrário às outras duas gramáticas brasileiras, esta acrescenta um objetivo diferente além de descrever: busca questionar os fundamentos da gramática normativa, baseando-se em dados empíricos. A proposta das obras de Cunha & Cintra e de Bechara não é questionar, mas atualizar a gramática tradicional. As três são dirigidas ao mesmo público: estudiosos da língua e professores de língua portuguesa.

Com estes primeiros dados sobre os parâmetros de produção podemos determinar o gênero dos textos em análise. Em um primeiro momento, todas as obras coincidem no objetivo principal: a descrição da língua, isto é, são de fato todas gramáticas. Porém, não podemos afirmar que todas pertencem a um mesmo gênero, já que a obra de Bosque & Demonte é constitutivamente diferente. Trata-se de uma

recopilação de artigos científicos escritos por diferentes lingüistas especializados em diferentes assuntos, que foram escolhidos para desenvolver temas específicos de acordo com a área de trabalho de cada um. Por esta razão, é uma obra teórica de grande complexidade e exaustividade dirigida a um público de especialistas, provavelmente colegas da área. Enquanto que as outras gramáticas podemos classificá-las dentro do gênero dos manuais didáticos, já que se destinam a um público maior, preocupando-se por apresentar uma descrição apurada em termos pedagógicos para servir de consulta e poder resolver dúvidas sobre o funcionamento da língua.

4.2. Propostas das gramáticas

Cada gramática, como mostram os quadros do contexto de produção, faz uma abordagem diferente da língua segundo seus destinatários e seus objetivos. Isto implica consideráveis diferenças nos lineamentos teóricos nos quais se baseiam. Também, não compartilham exatamente o mesmo objeto de estudo, todas em princípio descrevem a língua, mas existem diferenças na definição desta; sobretudo na variedade tomada como referência para a descrição. Ademais, nem todas se limitam a descrever, algumas explicam e outras normatizam. Além disso, devemos considerar como as obras justificam a necessidade de uma gramática. A seguir, comparamos as seis gramáticas do nosso corpus segundo a língua que é descrita, os objetivos que cada gramática se propõe e a fundamentação teórica.

4.2.1. Que língua prescreve/descreve/explica?

A gramática de Bosque & Demonte descreve o espanhol peninsular, já que na introdução os autores consideram que um estudo que abraçaria a grande heterogeneidade do espanhol da América teria sido muito ambicioso e reducionista. Porém, é uma obra coletiva com lingüistas de diferentes lugares, acreditamos que por esta razão a obra não se reduz ao espanhol peninsular *stricto-sensu*. Os autores a apresentam como uma gramática descritiva e explicativa, que pretende expor e razoar o comportamento das categorias gramaticais. Centra-se na caracterização dos problemas empíricos e não na validação de construtos teóricos. Apesar de ser editada pela Real Academia Espanhola, não é uma obra normativa, evitam-se as censuras e estigmatização de usos (Bosque & Demonte, 1999: XXII).

O exemplário que foi utilizado provém de fontes literárias e jornalísticas, corpora diversos e públicos e dicionários sintáticos. Além dos exemplos tomados de textos já existentes, utilizou-se o processo chamado pelos autores de introspecção. Este processo toma como referência a intuição do falante para determinar seqüências agramaticais; o fato de estas não pertencerem ao sistema mostra que existem determinadas regras de gramaticalidade. (Bosque & Demonte, 2000: XXIX).

A mesma metodologia é utilizada na gramática de Di Tullio, onde a autora toma como referência a gramaticalidade e aceitabilidade, sendo a primeira o modo de diferenciar construções bem formadas de seqüências anômalas e a segunda refere-se ao uso adequado de um enunciado em uma determinada situação de fala. A autora toma como variedade de aceitabilidade a língua padrão, trata-se de uma variedade de prestígio que serve como modelo à comunidade. O exemplário não tem uma indicação de fonte, já que se baseia exclusivamente na intuição do falante.

Perini utiliza a mesma metodologia, mas recorrendo também a um corpus com textos técnicos e jornalísticos como fieis exemplos da variedade padrão da língua portuguesa escrita. Esta variedade, que seleciona o autor como referência para a elaboração da gramática, seria uniforme no Brasil, já que não se trata da variedade nativa representativa de cada região ou de cada estrato social; consiste em uma variedade que deve ser aprendida na escola. O autor questiona o fato de as gramáticas tradicionais se basearem em textos literários, que nem sempre seguem a norma padrão, uma vez que apresentam regionalismos, coloquialismos e idioletos. Segundo Perini, estes não permitem elaborar uma amostra do português padrão a ser descrito (Perini, 2000: 23).

O exemplário da gramática de Kovacci consiste em textos literários e jornalísticos, assim como amostras de textos orais. Todos são representativos da língua contemporânea em suas variedades peninsulares e da América Hispânica. A autora não especifica a variedade que analisa, mas apresenta no final dos dois tomos uma lista das fontes que serviram para o exemplário, esta constituída de autores de diferentes origens “a fin de ofrecer amplia variedad de registros vigentes” (Kovacci, 1992: 12).

A proposta de Cunha e Cintra, apresentada na introdução, é descrever o português contemporâneo levando em conta as diversas normas vigentes dentro dos

diferentes países de língua portuguesa (principalmente Portugal e Brasil). O português é descrito na sua forma culta, sendo esta a utilizada por escritores portugueses, brasileiros e africanos do Romantismo até a atualidade. Para poder abarcar todos esses espaços geográficos, culturais e historicamente diferentes, os autores defendem que a variação é inseparável do sistema da língua e ocorre em todos os níveis. Porém, existe a língua padrão com valor normativo que se torna uma força contrária à variação e permite formular o conceito de correção. Os autores defendem que “Uma gramática que pretenda registrar e analisar os fatos da língua culta deve fundar-se num claro conceito de norma e de correção idiomática” (Cunha e Cintra, 2007: 5). Desta forma, os lingüistas se mantêm afastados da posição anticorretista, que representaria um anarquismo na linguagem, já que criticam o fato de considerar “o povo como soberano em matéria de linguagem” e “a gramática como a força conservadora ou repressiva dos setores cultos”. Esta concepção é vista como “demolidora do edifício gramatical” (Cunha & Cintra, 2007: 5).

A gramática de Bechara também se enquadra nesta postura de defender a norma gramatical. No segundo capítulo, “Gramática descritiva e normativa”, o autor desenvolve a morfologia e a sintaxe, tentando achar uma aliança entre a descrição e a prescrição. Segundo o autor, a gramática descritiva é uma disciplina científica que registra e descreve um sistema lingüístico em todos os seus aspectos. Ao passo que a gramática normativa é uma disciplina com finalidade pedagógica, baseia-se na exemplaridade idiomática para poder utilizar a língua em circunstâncias especiais de convívio social. O autor, com base na concepção de diassistema de Coseriu, assinala que existe uma diversidade na unidade dos falantes de português, constituída por várias línguas. Porém, também existe unidade nessa diversidade que nos possibilita distinguir o português de outras línguas. Na diversidade da língua portuguesa, os falantes distinguem um dialeto que em geral apresenta melhores condições políticas e culturais como veículo de expressão e comunicação das comunidades irmandadas por esta mesma língua. Consiste em uma unidade lingüística ideal, denominada língua comum. A língua comum recebe o nome de língua histórica. Bechara utiliza um exemplário de textos literários tanto do português brasileiro quanto do português europeu. Estas duas variedades constituiriam a língua histórica, isto é, a língua portuguesa.

4.2..2. Objetivos das gramáticas

Analisaremos em detalhe os objetivos propostos pelos autores de cada uma das gramáticas com a finalidade de entender os fundamentos teóricos utilizados. Como já mencionamos, os objetivos principais das gramáticas coincidem em descrever as línguas, mas também em cada obra são propostos objetivos específicos com justificativas bem diferentes, sobretudo se comparamos as obras brasileiras e argentinas. Sem dúvida, isto acontece porque cada gramática como documento sócio-histórico encontra-se inserida em contextos de produção diferentes com problemáticas específicas.

Perini tem como objetivo específico questionar as bases teóricas e a atitude normativista das gramáticas utilizadas na atualidade. Desta forma, pretende contribuir para a reformulação do estudo gramatical em base a princípios teóricos rigorosos. O mesmo intuito orienta as gramáticas de Bosque & Demonte e de Di Tullio, mas sem uma crítica tão pronunciada à gramática normativa. Estes autores coincidem com Perini no aspecto da cientificidade do método. Na obra de Bosque & Demonte, pretende-se expor e razoar o comportamento das categorias gramaticais, as pautas que regulam sua estrutura interna e as relações morfológicas, sintáticas, semânticas e discursivas por meio da caracterização de problemas empíricos. Os autores denominam a gramática como *posteórica*, já que a descrição é posterior aos estudos e pretende beneficiar-se deles. Também criticam a gramática tradicional:

Así, no es enteramente apropiado decir que nuestros gramáticos tradicionales trabajaban sin una teoría gramatical previa. Parece más justo decir que la que tenían estaba poco articulada – medida con raseros actuales -, y que se basaba en un paralelismo demasiado estricto entre las categorías de la lógica tradicional y las clases léxicas, además de una concepción muy poco restringida de los límites que existen entre la estructura formal de las oraciones y las intenciones de los hablantes o sus valoraciones de las cosas. (Bosque & Demonte, 1999: XXII)

Esta crítica é mencionada na introdução dos organizadores quando explicam em que consiste uma gramática descritiva.

Perini nos seus livros “Sofrendo a gramática” e “Para uma nova gramática do português” faz ênfase na necessidade de mudar as bases metodológicas das gramáticas que circulam na atualidade na escola. Nas primeiras cinquenta páginas da gramática, o

lingüista defende a idéia de que é preciso realizar uma descrição baseada nos atuais estudos e metodologias lingüísticas e rejeitar as descrições das gramáticas tradicionais. O autor, já no prefácio, manifesta fortemente a necessidade de uma gramática adequada ao sistema da língua com rigor metodológico. O prefácio começa da seguinte forma:

A insatisfação com a qualidade das gramáticas vem de longe e atinge todos os grupos interessados: lingüistas teóricos, especialistas e professores de português, alunos e simples curiosos. Depois de décadas apontando os defeitos da tradição gramatical, cobra-se insistentemente dos pesquisadores a elaboração de gramáticas mais adequadas. (Perini, 2000: 13)

Di Tullio também parte da necessidade de reivindicar a gramática como ciência. A lingüista se fundamenta não pelo fato de a gramática tradicional ser nefasta ao tratamento das verdadeiras problemáticas empíricas, mas porque a gramática na Argentina se encontra desvalorizada pela chegada das teorias pragmáticas e das metodologias interdisciplinares (ver item “4.1 Parâmetros de produção”). A autora, contrariamente a Perini, não insiste na crítica da gramática tradicional, mas a defende como ponto de partida: “La descripción de la lengua contenida en la gramática tradicional proporciona una excelente base para la reflexión sobre los mecanismos que operan en el funcionamiento del sistema lingüístico” (Di Tullio, 2010: 13)

Além disso, a autora na introdução justifica o ensino de gramática (“0.1. La supuesta nulidad del conocimiento gramatical”, “Las reducciones de la gramática escolar” e “Para qué enseñar gramática”). Nos dois primeiros subcapítulos a autora inclui uma série de pressupostos sobre o ensino de gramática na escola: o conhecimento das regras não serve para a compreensão e a produção de um texto, o ensino da gramática constitui somente uma parte da formação lingüística do aluno, que seria ensinada sem uma reflexão metódica (realiza-se geralmente como um exercício mecânico de identificação e rotulação). Isto é contestado em base a duas concepções da lingüística: o formalismo, ênfase no componente cognitivo, e o funcionalismo, ênfase no comunicativo. A autora coloca cinco argumentos para fundamentar o ensino de gramática na escola. A gramática consiste em: um exercício intelectual, um meio de aquisição de habilidades metalingüísticas, uma base para o conhecimento de línguas estrangeiras e um conhecimento “per se” (Di Tullio, 2010: 16).

Perini também apresenta os mesmos argumentos em favor do ensino de gramática com uma postura mais militante contra a gramática tradicional. Também acrescenta que na escola é ensinada uma gramática anacrônica com respeito à lingüística

que se desenvolve fortemente desde os anos 60. Segundo o autor, a fundamentação da gramática ensinada na escola desconsidera os 70 anos de estudos lingüísticos, já que demonstra uma “falta de coerência, falta de adequação à realidade da língua e normativismo sem controle” (Perini, 2005: 23).

Acreditamos que estas diferentes formas de justificar o ensino de gramática são de suma importância para nosso estudo, já que trazem à tona problemáticas particulares do contexto no qual cada obra é produzida, por exemplo, a desvalorização da gramática no ensino na Argentina, o que não parece se manifestar no contexto brasileiro. Acreditamos que isto tem grandes implicações no uso das gramáticas e na representação que os falantes ou alunos têm da gramática como objeto. Sustentamos que as obras de gramática foram concebidas até nossos dias de formas diferentes na Argentina e no Brasil.

A gramática de Kovacci não apresenta a problemática da desvalorização da gramática talvez por ser anterior a obra de Di Tullio. Porém, trata-se de uma proposta que introduz o aluno universitário na análise gramatical, mas também na teoria lingüística. Como diz a autora na introdução, a obra está orientada para o desempenho do estudante: possibilitar-lhe material para poder elaborar comparações com distintas posições teóricas e construir alternativas para solucionar problemas (Kovacci, 1990: 11). A gramática orienta o estudante nas bases da teoria lingüística para que ele possa ter uma autonomia na análise lingüística, mediante a reflexão poder construir suas próprias análises. Em cada capítulo, uma temática é exposta junto com uma lista de bibliografia para consulta.

Já as gramáticas brasileiras de Cunha & Cintra e Bechara tentam combinar as novas pesquisas lingüísticas com a gramática tradicional, como coloca Bechara no prefácio da 37ª edição:

[...] aliar a preocupação de uma científica descrição sincrônica a uma visão sadia da gramática normativa, libertada do ranço *magister dixit* e sem baralhar os objetivos das duas disciplinas. (Bechara 2009: 20).

Também, este manual tem como objetivo melhorar a nomenclatura gramatical nos compêndios escolares. Para não produzir uma ruptura drástica, o autor conserva um modelo clássico e respeita a Nomenclatura Gramatical Brasileira. Ademais, acrescenta temáticas, como fonêmica e estilística, que a gramática tradicional não considerava.

A gramática de Cunha & Cintra apresenta este mesmo objetivo de ampliar a gramática tradicional e estabelecer equivalências entre conceitos e terminologia da lingüística contemporânea e da gramática tradicional. Ademais, seu objetivo é demonstrar uma unidade nos diferentes lugares onde o Português é língua oficial. Como afirmam os lingüistas no prefácio:

Esta gramática pretende mostrar a superior unidade da língua portuguesa dentro da sua natural diversidade particularmente do ponto de vista diatópico, uma acurada atenção se deu às diferenças no uso entre as modalidades nacionais e regionais do idioma, sobretudo às que se observam entre a variedade nacional européia e a americana. (Cunha & Cintra, 2007: XXIV)

4.2.3. Que teorias lingüísticas de base?

Nesta parte da análise, comparamos as concepções de base teórica expostas por cada obra. Podemos identificar diferentes formas de abordar as descrições. É possível distinguir uma postura mais formal, que se focaliza na especificidade das formas sem considerar o extralingüístico e os aspectos de uma língua conceituada como social e histórica. Neste posicionamento, situamos uma das gramáticas brasileiras, a de Perini, e duas das utilizadas na Argentina, Bosque & Demonte e Di Tullio. Estas gramáticas tendem para uma lingüística de base americana que parte do descritivismo e culmina no gerativismo. Consiste em uma abordagem de base behaviorista que começa com Bloomfield no primado da descrição. Um de seus sucessores, Harris, desenvolve o distribucionalismo, cujo objetivo é mostrar que a partir da observação de um corpus finito de enunciados naturais, o sistema da língua funciona segundo regularidades demonstráveis. Seu método baseia-se na generalização, mas também inclui o problema das exceções sistematizando-as. O distribucionalismo consiste “na soma de todos os contextos nos quais [um elemento] ele aparece, isto é, a soma de todas as (diferentes) posições (ou ocorrências) de um elemento relativas à ocorrência de um outro elemento” (Harris apud Paveau & Safati, 2006: 157). Chomsky, aluno de Harris, recusa o princípio harrissiano do corpus finito de enunciados naturais e aceita a herança de formalização e transformacionalismo, recusando o empirismo descritivista. Expõe sua teoria centrada na autonomia da sintaxe, sendo que esta deveria permitir “construir uma teoria geral formalizada da estrutura lingüística e explorar os fundamentos de tal teoria” (Chomsky, 1957: 7). Desta forma, estabelece as bases do gerativismo.

A gramática de Perini é bem explícita no seu tratamento da língua e concepção de gramática no segundo capítulo, “Princípios do estudo de gramática”. A gramática é entendida como o conjunto de instruções programadas no cérebro, o manual de gramática representaria as instruções que o falante já domina implicitamente. A gramática se limita ao período, à estrutura definida segundo traços formais de cada elemento em função da posição com os outros dentro do sistema. Não considera o contexto lingüístico e extralingüístico, nem as construções anafóricas. Estas tarefas corresponderiam à Análise do Discurso e à Pragmática:

A gramática de uma língua inclui os seguintes componentes: a fonologia, a morfologia, a sintaxe e a semântica dessa língua. [...] Esses componentes não tratam da história das formas lingüísticas, nem do uso das mesmas em diferentes situações sociais, nem do uso feito pelo falante de seu conhecimento geral do mundo para ajudar a compreender as frases, nem de muitos outros aspectos importantes. (Perini, 2000: 50)

O autor também marca uma divisão metodológica para a descrição entre as concepções de forma e significado como aspectos das unidades lingüísticas. Estas podem ser estudadas do ponto de vista formal ou do ponto de vista semântico. A separação é necessária, já que assim se simplifica a abordagem da relação entre a forma e o significado, que é extremamente complexa. Segundo Perini,

Entende-se a descrição de uma língua como composta essencialmente de três componentes: uma descrição formal; uma descrição semântica; e, finalmente, um sistema que relaciona o plano semântico com o plano formal (Perini, 2005: 40)

O autor do manual baseia-se fundamentalmente em Jackendoff, lingüista americano. Na bibliografia da obra de Perini aparecem as obras do lingüista americano: “Semantic interpretation in generative Grammar” (1972) e “Semantics and cognition” (1983). Nesta última, segundo González (2002), Jackendoff busca uma ponte entre as teorias da semântica lexical e as teorias sobre processos cognitivos. Defende a posição de que o estudo da semântica da linguagem natural é, na verdade, o estudo da estrutura do pensamento. A estrutura gramatical forneceria importantes dados para a teoria da cognição. A proposta semântica de Jackendoff baseia-se na independência do léxico como componente com seus próprios princípios que interagem com a sintaxe. Segundo González, a teoria de Jackendoff, modificando alguns critérios, seria compatível com a teoria de princípios e parâmetros da gramática gerativa.

Perini, também se centra em gramáticas anteriores que ele considera como tentativas de descrição do sistema da língua em base a critérios científicos. Entre elas figuram: Back & Matos (1972), Macambira (1982), e Mateus et al., (1983). Estas gramáticas baseiam-se em fundamentos formalistas decorrentes da gramática gerativa e da gramática textual de Van Dijk (1997).

Di Tullio no capítulo 1, “La gramática”, apresenta as bases teóricas. Define a língua, seguindo Saussure, no *Curso de Lingüística Geral*, como um complexo sistema de elementos que só podem se definir a partir das relações que os vinculam entre si: relações paradigmáticas e sintagmáticas. Também como Perini, parte do pressuposto gerativista de os falantes terem um conhecimento internalizado da língua que permite não só produzir e compreender orações, mas também julgar sua gramaticalidade ou agramaticalidade e reconhecer as interpretações das construções ambíguas. A função do gramático seria identificar os limites que separam as expressões gramaticais das seqüências mal formadas, por meio da metodologia de manipulação sistemática, (substituindo um elemento por outro, alterando a ordem, suprimindo uma unidade ou acrescentando outra). Metodologia similar também é utilizada em Bosque & Demonte. A gramática, segundo Di Tullio, é entendida como uma construção teórica para descrever e explicar o funcionamento do sistema lingüístico, isto é, estudar as unidades significativas e suas combinatórias.

A obra de Bosque & Demonte adota uma posição baseada no gerativismo, junto com pesquisas de outros lineamentos teóricos. Apresenta um quadro teórico mais complexo pela quantidade de autores reunidos com diferentes posicionamentos teóricos. Os organizadores desta gramática esclarecem na introdução que grande parte do material teórico é fundamentado na gramática gerativa, mas também os resultados são analisados junto a observações de trabalhos de base funcionalista, cognitivista, lexicista, semântico-formais ou da pragmática lingüística. (Bosque & Demonte 1999: XXIII). Devido à complexidade desta gramática decidimos estudar em profundidade um capítulo que é analisado a seguir no apartado “4.3 Comparação de uma unidade de análise: a oração”.

As gramáticas de Cunha & Cintra e de Bechara assumem um posicionamento epistemológico diferente. Baseiam-se em uma definição mais ampla da língua, sendo mobilizada pelo social e que é produto de uma tradição histórica. Apresentam descrições

que envolvem pontos de vista sociológicos. Cunha & Cintra no capítulo 1, “Conceitos gerais”, definem a linguagem segundo Tatiana Slama-Cazacu no seu livro *Linguagem e Contexto* (1970) como “conjunto complexo de processos – resultado de uma certa atividade psíquica profundamente determinada pela vida social – que torna possível a aquisição e o emprego concreto de uma língua qualquer” (Slama-Cazacu apud Cunha & Cintra, 2007: 1). A citação desta autora já determina uma posição completamente diferente das anteriores, principalmente pelo fato de colocar o acento na vida social dos falantes. A língua é definida em base a três pontos de vista: como sistema gramatical, como expressão da consciência de uma coletividade que não pode ser imutável (em perpétua evolução do lado dos organismos sociais que a criaram) e, por último, como utilização social da faculdade da linguagem. Não se menciona em nenhuma das definições o fato de esta ser inata e a preocupação não está centrada na aquisição. A definição de discurso, como língua no ato, na execução individual, corresponde claramente com a definição de fala de Saussure. Desta forma é exposta a tríade linguagem-língua-fala, raiz da lingüística saussureana. Saussure é citado junto a Meillet, já que eles consideram a língua como fato social enquadrada na definição de Durkheim,

Le langage est éminemment un fait social. On a souvent répété que les langues n'existent pas en dehors des sujets qui les parlent, et que par suite on n'est pas fondé à leur attribuer une existence autonome, un être propre. C'est une constatation évidente, mais sans portée [...] Car si la réalité d'une langue [...] est à la fois linguistique et sociale. Elle est linguistique : car une langue constitue un système complexe de moyen d'expression [...]

A un autre égard, la réalité de la langue est sociale : elle résulte de ce qu'une langue appartient à un ensemble défini de sujets parlants, de ce qu'elle est le moyen de communication entre les membres d'un même groupe et de ce qu'il ne dépend d'aucun des membres du groupe de la modifier (Meillet, 1982: 16)

Por meio de uma abordagem sociolingüística, Cunha & Cintra definem a língua histórica, como o conjunto de sistemas inter-relacionados, diversificados segundo os fatores social, cultural e geográfico. A língua resulta um diassistema, cuja teoria e descrição devem incorporar a variação sistemática. Esta variação é estudada do ponto de vista de Coseriu em três tipos: diatópica (geográfica), diastrática (sociais) e diafásica (situacional).

Esta mesma concepção baseada em Coseriu é utilizada na gramática de Bechara. O autor também considera, na introdução da obra, no subcapítulo “Teoria gramatical”, a

linguagem como principalmente social, envolvendo as noções de sistema, signo, símbolo e intercomunicação social. Esta última refere-se à linguagem como “um estar no mundo com os outros, não como um indivíduo particular, mas como parte do todo social, de uma comunidade” (Bechara, 2009: 28). A linguagem possui cinco dimensões universais, dentre as quais duas possibilitam sua existência e permanência na sociedade: a criatividade, que vai além do aprendido, e a materialidade, que se centra nas condições fisiológicas e psíquicas das capacidades do falante. As outras dimensões são: a semanticidade (a cada forma corresponde um conteúdo significativo, representa a diferença específica da linguagem com as outras formas de cultura), a alteridade (significar é um “ser com outros”, próprio da natureza político social do homem) e, finalmente, a historicidade (a linguagem apresenta-se como língua histórica determinada por uma tradição lingüística de uma determinada comunidade). Não existe língua fora de sua referência histórica (língua francesa, portuguesa, espanhola) (Bechara, 2009: 29).

A gramática de Kovacci não explicita uma preocupação por uma língua de base social; o posicionamento teórico é bem formalista. O primeiro capítulo do tomo I, “Morfología y sintaxis”, apresenta os lineamentos principais da gramática baseando-se na morfossintaxe, considerando o encadeamento hierárquico e lógico decorrentes das estruturas gramaticais. É uma gramática de base fortemente estruturalista que acrescenta as bases do funcionalismo praguense, destacando Hjelmslev, Martinet e o modelo sistêmico-funcional de Halliday. A autora parte da distinção saussureana de significado/significante. Afirma que esta conexão entre conteúdo e expressão está mediada por vários níveis ou estratos que se relacionam por vizinhança ou distância. Nos extremos desta hierarquia de níveis se encontram o nível semântico e o nível fonético. Os níveis intermédios são formas, entidades e esquemas abstratos que integram sistemas e se estabelecem por meio de dois eixos de relações: sintagmáticas e paradigmáticas. De acordo com o funcionalismo praguense, as formas de uma língua se caracterizam como meio de expressão apropriado para transmitir significados. Ou seja, uma construção sintática seria como um esquema vazio que realiza determinadas unidades e relações semânticas. Hjelmslev leva a teoria de Saussure a sua máxima expressão, já que no seu livro “Prolegómenos a uma teoría del lenguaje” pretende realizar uma teoria lingüística que exponha a estrutura da linguagem em termos exclusivamente formais. Como afirma a seguir,

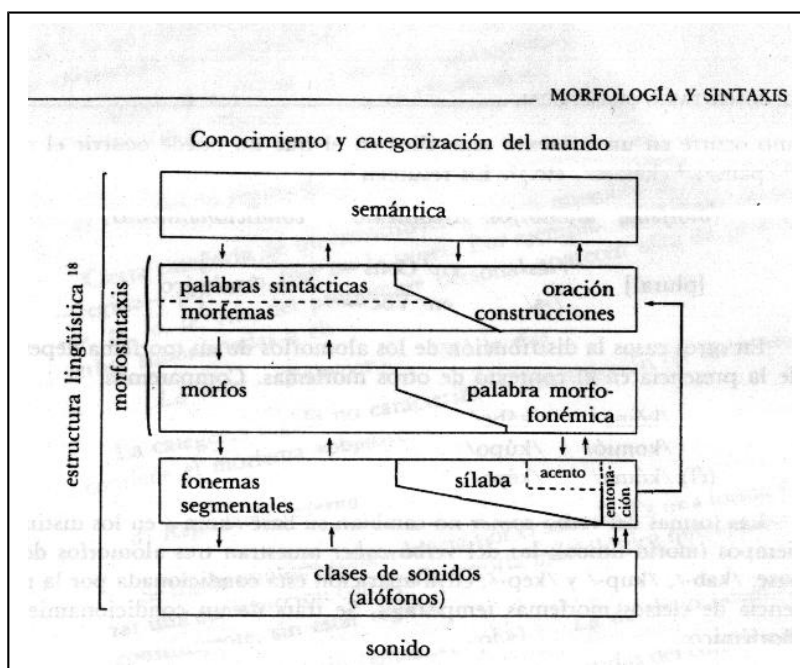
[...] habrá de perseguir una constancia que no se apoye en ninguna “realidad” exterior al lenguaje – una constancia que haga a una lengua lengua, cualquiera que sea, y que haga a una lengua idéntica a si misma en todas sus diversas manifestaciones-. Una vez hallada y descrita esta constancia, podrá entonces proyectarse sobre la “realidad” exterior del lenguaje. (Hjemslev, 1980: 18)

Martinet também retoma Saussure, mas em uma perspectiva funcional, destacando-se o Círculo de Praga, particularmente os trabalhos de Troubetzkoi. Martinet assume uma posição mais generalista na sua conceição de linguagem, diferente de Hjemslev que adota um posicionamento universalizante. Segundo Paveau & Safati (2006), Martinet pratica uma lingüística objetiva, recusando uma corrente intuitiva, e escapando ao formalismo, isto é, ao dogmatismo. Sua definição de língua se centra na comunicação duplamente articulada e de manifestação vocal (Paveau & Safati, 2006: 135). Esta dupla articulação, tratada em “Elementos de Lingüística geral”, consiste em uma codificação em dois estágios. Uma primeira articulação que combina as unidades mínimas significativas – os monemas. Estes não precisam ser um signo da linguagem com significado estável, mas podem ser uma diferença formal. Os monemas são constituídos de uma sucessão de unidades menores, que não portam significado, chamadas fonemas. Estas últimas constituem a segunda articulação. Enquanto os monemas de uma língua são infinitos, os fonemas são finitos e conformam o sistema. Assim, a lingüística funcional estrutura-se em diferentes componentes: a fonologia ou fonemática, que estuda os fonemas, entoação, os tons e o lugar do acento; a monemática, que elabora um inventário dos monemas de uma língua distinguindo os monemas lexicais e os monemas gramaticais; a sintemática, que estuda as palavras compostas e derivadas e seu modo de formação; a sintaxe, que estuda as relações de dependência dos monemas e as funções que eles assumem em um dado enunciado; a morfologia, que estuda as anomalias formais; e a axiologia que estuda o valor significativo dos monemas, isto é, os traços constitutivos do significado dos monemas lexicais e gramaticais, bem como os efeitos de significado que as funções sintáticas podem produzir.

Halliday, também situado na linha funcional, baseia-se na idéia central de que a forma é subordinada à função. Ao passo que as categorias funcionais são universais, o aspecto formal da linguagem é específico. Halliday incorpora a dimensão social à teoria funcional. Introduce o conceito das metafunções, que permite sair do sistema para ir ao texto, e desta forma elabora o modelo sistêmico-funcional, que possibilita cobrir o

campo do texto e do discurso. Para Halliday, uma frase não se explica somente pela forma, depende, sobretudo, do contexto imediato e amplo; essa abordagem implica que os conhecimentos dos parâmetros do contexto permitem prever as frases possíveis.

Kovacci defende que a sintaxe pode se descrever segundo seus traços e regras próprios, independentes das relações inter-estratais. A parte morfológica analisa as palavras abstratas ou “palavras sintáticas”, compostas por morfemas que podem ser léxicos ou gramaticais. Os morfemas são realizados por configuração fonêmica chamados morfos. Alguns elementos da configuração fonêmica rítmica têm função sintática como os fonemas suprasegmentais e suas configurações. Morfologia e sintaxe são os componentes centrais que se relacionam com os estratos fonológico e semântico. Acabam fora da estrutura lingüística o som, os aspectos do conhecimento e a categorização do mundo, que não têm realização sistemática sintática e morfológica. Isto é exposto no seguinte esquema:



Estruturação lingüística em níveis, (Kovacci, 1990: 19)

Neste esquema é exposto como se dá a codificação do falante. Esta vai do conceitual ao som, isto é, o ouvinte decodifica os significados a partir dos sons. O esquema de estruturação e de descrição mostra como se relacionam os diferentes estratos, as setas indicam “é realizado por” ou “realiza”. A distribuição das setas marca que partes dos estratos se inter-relacionam. No esquema pode-se ler que a oração e as

demais construções sintáticas não têm relação direta com as palavras morfo-fonémicas, é o acento que tem relação com estas. Ao passo que a oração tem relação direta com a entoação, e esta com as classes de sons. Nos textos empíricos todas as estruturações em níveis apresentadas no esquema aparecem simultaneamente, mas a descrição deve distingui-las.

Em base às comparações expostas podemos resumir a nossa análise no seguinte quadro:

Gramática	Variedade de língua e exemplário utilizado	Objetivos	Fundamentação teórica
Gramática descriptiva de la Lengua Española, Bosque & Demonte	Segundo os autores, o espanhol peninsular de fontes literárias e jornalísticas e exemplos criados em base ao processo de introspecção, intuição do falante.	Elaborar uma gramática descritiva e posteórica, em base a estudos já realizados. Expor e razoar o comportamento das categorias gramaticais, as pautas que regulam sua estrutura interna e as relações morfológicas, sintáticas, semânticas e discursivas por meio de problemas empíricos.	Diferentes posicionamentos teóricos, predomina a gramática gerativa, mas consideram-se pesquisas de base funcionalista, cognitivista, lexicista puros, semânticos-formais e da pragmática.
Manual de Gramática del español, Di Tullio	A língua padrão. Exemplos exclusivamente criados para a gramática baseados na aceitabilidade e na gramaticalidade.	Descrever a língua em base a princípios rigorosos. Reivindicar a gramática como ciência devido à desvalorização na Argentina.	Concepção de língua como sistema segundo Saussure e Gerativismo.
El comentario gramatical, vol. I, II	Não especifica a variedade, mas o exemplário consiste nas amplias variedades de registros peninsulares e da América Hispânica.	Orientar o estudante dentro das teorias lingüísticas para a análise do sistema da língua.	Estruturalismo e funcionalismo praguense, Hjemsløv, Martinet e a lingüística sistêmico-funcional de Halliday.
Gramática descriptiva do português, Perini	Variedade padrão da língua portuguesa escrita. Exemplos criados em base a intuição do falante e textos técnicos e jornalísticos	Questionar as bases teóricas e a atitude normativista das gramáticas utilizadas na atualidade. Reformular o estudo gramatical em base a princípios teóricos rigorosos para elaborar uma gramática adequada ao sistema da língua.	Estruturalismo: Saussure e Mattoso Câmara. Teoria semântica e cognitiva de Jackendoff.
A nova gramática do português contemporâneo, Cunha & Cintra	A forma culta do português contemporâneo de todos os países de fala portuguesa. Exemplário	Ampliar a gramática tradicional e estabelecer equivalências entre conceitos e terminologia da	Estruturalismo. Divisão de língua e fala, (Saussure) Linguagem segundo Slama-Cazacu, língua como fato social,

	constituído por textos de escritores portugueses, brasileiros e africanos do Romantismo até a atualidade.	lingüística contemporânea e da gramática tradicional. Demonstrar a unidade do português nos diferentes lugares onde é língua oficial.	Meillet e Durkheim. Sociolingüística, variedades lingüísticas segundo Coseriu.
Moderna gramática da língua portuguesa, Bechara	A língua comum, língua histórica, o português na sua forma culta segundo textos literários do português brasileiro e peninsular.	Elaborar uma descrição da língua combinando as novas pesquisas lingüísticas e a gramática tradicional. Melhorar a nomenclatura gramatical nos compêndios escolares.	Estruturalismo Conceitos de Coseriu da língua como diassistema, língua histórica.

4.3. Comparação de uma unidade de análise: a oração

Para compreender melhor os fundamentos teóricos de cada gramática, comparamos as diferentes abordagens em base a uma unidade de análise: a oração.

Segundo Di Tullio, a morfologia e a sintaxe têm a palavra como unidade. Na morfologia, a análise acaba nela e para a sintaxe a análise se inicia na palavra. A sintaxe se ocupa das relações existentes entre as palavras que formam uma oração. Estas relações fazem com que a oração seja uma construção com uma determinada estrutura interna. Esta só pode ser formulada em base a hipóteses. Entre os constituintes da oração existem relações de hierarquia. As hipóteses são estabelecidas a partir do elemento complexo (oração) que pode ser dividido em dois sub-elementos, e cada sub-elemento é sucessivamente dividido, resultando uma disposição em diferentes níveis hierárquicos (diagrama de árvore). A oração seria o nodo, onde se inicia a divisão em sub-elementos, as palavras seriam os elementos terminais. Entre a oração e a palavra existem níveis intermédios determinados quer pelas construções (grupo de palavras no qual se estabelece uma relação sintagmática), quer pelos constituintes (elementos de uma determinada construção). Os constituintes que formam diretamente uma construção são denominados constituintes imediatos. Portanto, a oração não é constituinte de uma construção sintática maior, já que ela é a unidade máxima da sintaxe. Isto difere das gramáticas tradicionais, que não estabelecem elementos intermédios, já que explicam as relações segundo processos semânticos. Os diferentes estratos são dispostos em diagramas de árvore, desta forma pode-se representar a estrutura de todos os sintagmas

possíveis. Esta análise chama-se de “análise X com barra”; é uma hipótese sobre a formação dos sintagmas de todas as línguas. Todas as línguas contêm mecanismos formais para obter unidades complexas a partir de unidades idênticas mais simples. Estes mecanismos são recursivos como, por exemplo, a coordenação e a subordinação.

Este quadro teórico é muito similar ao de Perini, para quem a análise sintática da oração é expressa em termos de traços atribuídos a determinados constituintes. São definidos segundo sua relação formal com os outros constituintes. Estas relações constituiriam a sintaxe, já que cada traço exprime um aspecto do comportamento sintático do constituinte analisado.

Di Tullio define a oração exclusivamente por regras gramaticais, já que comprova que não se pode adotar nenhuma das definições já formuladas pelas gramáticas tradicionais que se baseiam em noções como “sentido completo” (Esbozo de una nueva gramática de la lengua española da RAE, 1973), “expressão verbal de um juízo” (Gili Gaya, 1943), ou “intenção do falante”. Por outro lado, o descritivismo bloomfieldiano, que tenta uma análise prescindindo dos critérios semânticos, baseia-se no critério da entonação sendo para Di Tullio insuficiente, já que não delimita em todos os casos as orações, podendo existir duas orações no mesmo contorno entonacional.

Para simplificar a problemática da oração Di Tullio distingue duas noções: a oração, em base a um critério rigorosamente gramatical, e o enunciado, segundo critérios semânticos e entonacionais. A oração é uma unidade de construção, estritamente gramatical, que se define pela estrutura interna, por sua construção predicativa. É caracterizada pelas marcas de concordância entre os constituintes (sujeito, predicado) e no seu conjunto pela temporalidade. Já o enunciado é uma unidade da comunicação, uma divisão de um texto. Define-se em termos extragramaticais: semânticos, pragmáticos e fonológicos. É uma unidade que corresponde à análise do discurso e não à gramática. Entre ambos os conceitos não existe correspondência. A análise sintática precisa de abstração e a noção de oração se adéqua. A gramática ocupa-se somente das orações, prescinde da noção de enunciado.

Perini define frase, oração e período como também fazem as outras gramáticas brasileiras. A definição de frase é adotada de Mattoso Câmara, a saber:

Unidade de comunicação lingüística, caracterizada [...] do ponto de vista comunicativo- por ter um propósito definido e ser suficiente para defini-lo -, e do ponto de vista fonético – por uma entonação [...] que lhe assinala nitidamente o começo e o fim. (Câmara apud Perini, 2005: 61)

Esta definição, embora não resulte completamente satisfatória para Perini, parece coincidir com a definição de Di Tullio de enunciado. A oração é descrita da mesma forma que Di Tullio, por meio da relação de predicação. Para o autor a oração é “uma frase que apresenta determinado tipo de estrutura interna, incluindo sempre um predicado e freqüentemente um sujeito” (Perini, 2005: 61). Porém, as noções de frase para Perini e enunciado para Di Tullio não são completamente correspondentes, já que segundo Di Tullio nem toda oração é forçosamente um enunciado (frase para Perini). Por exemplo, Di Tullio defende que as subordinadas são orações sem serem enunciados. Para conservar a designação tradicional, Perini define o período como sendo as orações que constituem uma frase. Então, deve-se ter em conta que um período é sempre uma oração. Para a classificação das orações em diferentes tipos, Perini considera que é preciso ter em conta as propriedades da força ilocutória. Este estudo pertenceria à semântica e à pragmática e, portanto, foge à abordagem do manual.

A gramática de Bosque & Demonte não apresenta uma definição dada de antemão de oração, nem de enunciado ou frase, mas são dadas algumas características destes componentes em base a estudos realizados. Trata-se deste assunto no terceiro tomo, intitulado “Entre la oración y el discurso”. Trataremos, especificamente, do capítulo “Relaciones paratáticas e hipotáticas” de Ángel López García. Neste capítulo, o autor procura os limites entre oração e discurso. Com este objetivo, baseia-se no conceito de coesão segundo Halliday e Hassan. As obras clássicas estabelecem o pressuposto de que a gramática se limita à oração e que o discurso responde a uma organização semântica ou retórica, mas não sintática. Porém, a articulação do discurso se serve também de procedimentos sintáticos operativos no nível gramatical. As relações anafóricas demonstram que a continuidade do discurso não é alheia ao funcionamento de elementos sintáticos que operam na oração, como são os pronomes, os artigos, os demonstrativos, os marcadores de tópicos e alguns verbos existenciais. O autor acrescenta que os tempos verbais não podem interpretar-se somente no nível oracional, mas no discurso no qual essa oração se insere. Também se encontram dificuldades para delimitar oração e discurso no domínio da parataxe e da hipotaxe (ordenação no mesmo

nível e ordenação hierárquica, respectivamente). Geralmente, estes termos são conhecidos como coordenação e subordinação, mas o lingüista prefere a terminologia de origem grega, já que, por exemplo, o termo coordenação pode-se aplicar à união entre frases e não se restringe à oração; o mesmo acontece com subordinação. O autor questiona a forma como se determinam tradicionalmente estas duas relações de níveis. Segundo a RAE (1931), e outras gramáticas do espanhol, o critério está baseado em que nas orações unidas por parataxe pode-se suprimir uma delas e a oração continua com sentido; isto não seria possível nas orações unidas por hipotaxe. Segundo o autor, este critério não é válido, “es erróneo: la prescindibilidad viene determinada por razones léxicas y la incidência de los elementos léxicos afecta primariamente a la frase” (García in Bosque & Demonte, 1999: 3514). Esta dificuldade levou os lingüistas a tratar esta questão de modo estritamente formal, o autor cita Martinet, Grover e Asher, que optam por diferenciar estes dois tipos de relações segundo critérios hierárquicos. García, para não reduzir o objeto de estudo a critérios meramente formais, acha necessário distinguir entre um elemento prescindível sintaticamente e um elemento de implicação semântica. O primeiro pode-se suprimir sem resultar em uma construção inaceitável; o segundo define-se pelo sentido que demanda uma determinada construção. Com este último critério semântico, o autor conclui que se definem duas orações coordenadas porque nenhuma delas demanda semanticamente a presença da outra, ao passo que, na subordinação, a subordinante implica um significado da subordinada.

O autor do capítulo salienta que existe uma diferença entre as subordinadas adverbiais e as substantivas. Parte da caracterização de Lehman, que defende que a relação de subordinação não somente se dá segundo sua hierarquia, mas também pelo fato que a subordinada se torna um constituinte da oração principal. Ademais, a subordinada perde sua condição oracional, seu verbo se gramaticaliza, compartilha elementos semânticos com a principal e apresenta marcas explícitas. Isto não acontece nas adverbiais, já que algumas não desempenham uma função clara respeito à principal, nem parecem estar em um nível inferior. Também não compartilham um elemento semântico, nem apresentam um contato físico com a principal.

García conclui que na oração existem duas relações regidas por implicação semântica: a coordenação não supõe implicação, e a subordinação baseia-se em que existe um elemento dominante, que implica as características semânticas de um

elemento dominado. No discurso, as relações são de tipo pragmático e se manifestam na forma de parataxe e hipotaxe, segundo critérios comunicativos. Os pares conceituais paratático/hipotático e coordenação/subordinação são independentes. Finalmente, o autor diferencia os níveis da frase, da oração e do discurso, associando-os respectivamente às relações sintáticas, semânticas e pragmáticas. No nível da frase, existem relações sintáticas e se estabelecem esquemas regulares de comportamento que são inventariados nas gramáticas. As relações semânticas atingem o nível da oração, pois a oração representa “la mínima verbalización del mundo en los lenguajes naturales” (García in Bosque & Demonte, 2000: 3518). O discurso é um fato comunicativo, que envolve os níveis sintáticos e semânticos, mas trata-se de um elemento fundamentalmente pragmático. Estes três níveis podem ser permeados por fenômenos sintáticos, semânticos ou pragmáticos; no entanto, revelam um componente prioritário que estabelece as normas de comportamento (García, 1999: 3518).

Kovacci define a oração como uma unidade lingüística formada por dois componentes solidários. Com este termo se remete à glossemática de Hjelmslev, exposta em “Prolegómenos a una teoría del lenguaje”. Os componentes solidários são: o sintático (uma palavra ou um sintagma) e supra-sintático (a figura tonal). Segundo Hjelmslev, baseado na lógica matemática, dois componentes são solidários quando constituem um processo e são interdependentes. A figura tonal define-se como uma unidade melódica ou seqüência de unidades melódicas compreendidas entre silêncio inicial e junctura terminal. As figuras tonais delimitam unidades de sentido com autonomia sintática. Permite-se fragmentar a cadeia da fala de modo que cada unidade – a oração – manifeste o sentido. A autora menciona que, segundo a gramática de Alonso & Ureña, o sentido manifesta determinada atitude do falante (assertiva, exortativa, interrogativa): “Para que haya oración se necesita determinada actitud del que habla ante lo que designa: que afirme o niegue, que pregunte, que desee o que mande.” (Alonso & Ureña, 1999: 28). Porém, o estudo das figuras tonais corresponde à fonologia. A sintaxe se ocupa da estrutura do componente sintático da oração, tendo em conta os traços que na entoação atuam como delimitadores e distintivos de certas funções sintáticas. O componente sintático é autônomo; não está incluído em unidades maiores. Neste ponto, coincide com a definição estritamente gramatical de Di Tullio e Perini. A maiúscula inicial e o ponto final são considerados sinais ortográficos dos limites da oração. Nesta concepção, as subordinadas e as coordenadas são suborações ou proposições, já que não

podem ser definidas como orações porque não apresentam autonomia sintática (Kovacci, 1990: 48).

Bechara define enunciado ou período como sendo:

uma seqüência de unidades delimitadas por um silêncio que precede o início da atividade e o que lhe segue, acompanhadas de contorno melódico, chamado curva de entoação e marcadas na escrita pelos sinais de pontuação e pela maiúscula inicial. (2009: 406)

Esta definição é tomada da gramática espanhola de Emilio Alarcos Llorach. A *Gramática de la lengua española* de Llorach é uma gramática da RAE, mas com responsabilidade do autor do ponto de vista teórico. O manual tem uma tendência normativa, e orienta sua descrição para o funcionalismo: “En el orden jerárquico interno de la gramática, primero viene la descripción de lo hechos; de su peso y medida se desprenderá la norma, siempre provisional y a merced del uso” (Llorach, 1996: 18). Entre os tipos de enunciados existe a oração, que pela sua estrutura permite a análise gramatical, já que revela as relações que seus componentes mantêm entre si, sem apelar para o entorno extralingüístico em que está inserida. Os enunciados também aparecem em forma de frase. Esta se diferencia da oração porque não apresenta a relação sujeito-predicado. Pelo contrário, a oração justamente se caracteriza por apresentar esta relação entre duas unidades significativas. O sujeito não é imprescindível na oração, por conseguinte, também não na relação predicativa.

A gramática de Cunha & Cintra estabelece a frase como objeto da sintaxe. Define-a como “um enunciado de sentido completo, a unidade mínima de comunicação” (Cunha & Cintra, 2007: 119). Ela pode ser constituída de uma só palavra ou de várias palavras entre as quais pode estar incluído um verbo. A frase também apresenta melodia, entoação. Como observação, os autores expressam a dificuldade de definir este termo devido às diferenças entre métodos e técnicas de análise. E acrescentam: “Neste capítulo, evitar-se-ão discussões teóricas que não tragam esclarecimentos ao estudo descritivo-normativo da sintaxe portuguesa, que é nosso objetivo principal.” (idem: 120). Oração é a frase que possui um verbo conjugado. O sujeito e o predicado são entendidos como termos essenciais da oração. A frase pode conter uma ou mais orações segundo as formas verbais que contém: pode conter só um verbo ou uma locução verbal, neste caso contém uma oração só; ou pode conter mais de um verbo, formando várias orações. Período é definido como a frase organizada em oração ou orações. O período é

simples quando possui uma só oração e composto quando é formado por várias. O período está delimitado por sinais de pontuação.

A maioria dos autores se serve de outros conceitos para poder delimitar o alcance da oração. Sintetizamos, no quadro a seguir, as diferentes concepções de oração com seus respectivos termos que as delimitam:

Gramática por autores	Definição de oração	Unidades utilizadas pelo autor para definir a oração
García na obra de Bosque y Demonte	mínima verbalização do mundo nas línguas naturais. Define-se por relações semânticas. Na coordenação e na subordinação se dão por implicação semântica. A primeira não supõe implicação e a segunda resulta de um elemento dominante – a oração principal - que implica características semânticas de um elemento dominado – a subordinada.	Frase: unidade onde predominam as relações sintáticas. Para estudá-la reconhecem-se esquemas regulares de comportamento que são inventariados nas gramáticas. Discurso: elemento comunicativo e pragmático. Responde a uma organização semântica ou retórica, mas também na articulação intervêm procedimentos sintáticos, por exemplo, as relações anafóricas e os tempos verbais. No discurso, as relações paratáticas e hipotáticas são de tipo pragmáticas e se manifestam segundo critérios comunicativos.
Di Tullio	Unidade de construção estritamente gramatical, que se define pela estrutura interna, sua construção predicativa. É caracterizada pelas marcas de concordância entre os constituintes (sujeito e predicado) e no seu conjunto pela temporalidade. Na teoria “X com barra” representa o nodo de onde se desprendem elementos intermédios até chegar aos elementos terminais, às palavras. Abstração necessária para a análise sintática.	Enunciado: unidade de comunicação, divisão de um texto. Define-se em termos extra-gramaticais: semânticos, pragmáticos e fonológicos. Unidade que corresponde à análise do discurso.
Kovacci	unidade lingüística com dois componentes solidários: um sintático (a palavra ou sintagma) e o outro supra-sintático (a figura tonal). Esta unidade também manifesta um sentido e uma determinada atitude do falante. O componente sintático da oração é autônomo e não se encontra inserido em unidades sintáticas maiores. As subordinadas e coordenadas são sub-orações ou proposições, já que não apresentam autonomia sintática.	
Perini	Uma frase que apresenta determinado tipo de estrutura interna, incluindo sempre um predicado e freqüentemente um sujeito.	Frase: Unidade de comunicação lingüística, caracterizada do ponto de vista comunicativo – por ter um propósito definido e ser suficiente para defini-lo-, e do ponto de vista fonético – por uma entonação [...] que lhe assinala nitidamente o começo e o fim. Período: as orações que

		constituem uma frase; um período é sempre uma oração.
Cunha & Cintra	Frase que possui verbo conjugado. Possui dois termos essenciais: o sujeito e o predicado.	<p>Frase: objeto da sintaxe, um enunciado de sentido completo, a unidade mínima de comunicação. Pode estar constituída de uma palavra só ou de várias entre as quais pode incluir um verbo. Apresenta melodia e entonação (Segundo Câmara).</p> <p>Período: a frase organizada em oração ou orações.</p>
Bechara	um tipo de enunciado que pela sua estrutura permite a análise gramatical revelando as relações que seus componentes mantêm entre si, sem apelar para o entorno extralingüístico no qual está inserida. Apresenta a relação sujeito (não é imprescindível)/ predicado.	<p>Enunciado ou período: uma seqüência de unidades delimitadas por um silêncio que precede o início da atividade e o que lhe segue, acompanhadas de contorno melódico, chamado curva de entoação e marcadas na escrita pelos sinais de pontuação e pela maiúscula inicial (segundo Llorach).</p> <p>Frase: tipo de enunciado que se diferencia da oração porque não apresenta a relação sujeito-predicado.</p>

A obra de Kovacci é a única gramática que não apresenta outros conceitos para a definição de oração. Dentro do mesmo conceito distingue diferentes componentes. Porém, podemos identificar no componente sintático, a oração definida por Di Tullio, e no componente supra-sintático, o que Di Tullio denomina como enunciado. García delimita um conceito de oração diferente do apresentado por Kovacci e Di Tullio, já que para defini-la se centra nas relações semânticas. O autor define a frase como o objeto das gramáticas, devido a que nesta predominam as relações sintáticas.

As três gramáticas brasileiras definem três conceitos: frase, oração e período. Perini, simplesmente, menciona a definição de período por fazer parte da gramática tradicional, mas não como um conceito imprescindível. As três obras coincidem em que toda oração possui a relação sujeito-predicado.

As gramáticas didáticas tentam expor os conceitos em base a categorias definidas; pelo contrário, na gramática de Bosque & Demonte, de cunho teórico, García apresenta uma distinção entre oração, frase e discurso mais relativa, isto é, os três termos não representam categorias fechadas. Ademais, estes conceitos não são apresentados no começo como pressupostos, mas são conceitos elaborados e não aparecem até o final do capítulo.

5- Conclusões

Apesar de a análise realizada não ter sido exaustiva por questões de extensão e, também, devido à ambiciosa proposta de considerar seis obras de gramáticas, podemos chegar a algumas conclusões para encerrar nosso trabalho.

Os enfoques teóricos identificados nas gramáticas brasileiras consistem em diferentes posicionamentos. Por um lado, uma postura estruturalista que considera a língua como fato social e incorpora noções das teorias pós-saussureanas, fundamentalmente, baseadas em Coseriu, e um quadro teórico interdisciplinar com a sociolinguística. A esta postura aderem as gramáticas de Cunha & Cintra e de Bechara, que partem do estruturalismo, mas acrescentam à teoria da língua como sistema a noção de língua como diassistema. Também consideram a língua como instrumento de comunicação, em base às correntes funcionalistas. Estas duas gramáticas procuram aliar os avanços da linguística contemporânea com a gramática tradicional. Por outro lado, a gramática de Perini diferencia-se destes lineamentos, já que toma uma postura extremamente formalista, em resposta aos fundamentos (segundo o autor, inválidos) da maioria das gramáticas de português que circulam na escola, sendo estas excessivamente tradicionais e normativas.

Do lado hispano, nas gramáticas de circulação na Argentina, identificamos posturas fundamentalmente formalistas baseadas no gerativismo, como é o caso de Di Tullio e Bosque & Demonte. Esta última, de grande complexidade comparada com as outras gramáticas analisadas neste estudo, não se baseia unicamente no gerativismo. Acrescenta diferentes lineamentos devido à quantidade de co-autores que descrevem a língua com uma finalidade mais científica. O enfoque desta gramática difere das outras, que possuem escopos didáticos. Além de descrever o sistema da língua, os autores visam a problematizar situações cujas descrições não se adéquam à realidade empírica. A gramática de Kovacci também se centra no formalismo, mas com fundamentos do estruturalismo e do funcionalismo, e além de apresentar uma descrição da língua pretende formar o estudante em noções de linguística geral.

Acreditamos que devido ao fato de os autores coincidirem em que a gramática se centra em uma análise cujo objeto é a oração, predominam teorias formalistas, como a gramática gerativa, que não se estendem além da análise oracional.

Além dos diferentes posicionamentos teóricos, defendemos como válida nossa tese sobre diferenças na conceição de gramática na Argentina e no Brasil. Apesar de não termos um corpus muito extenso, consideramos que isto se manifestou na análise. Defendemos esta tese em base ao reconhecimento nas gramáticas de circulação no Brasil da preocupação pelo normativismo e pela variedade a ser descrita.

Observamos uma presença mais forte nos manuais brasileiros da discussão da problemática sobre o normativismo, e posições “corretivistas”. Estas posições são aceitas, incorporadas e defendidas pelas gramáticas de Cunha & Cintra e de Bechara, mas extremamente rejeitadas pela gramática de Perini. Enfrentam-se duas posições opostas: uma em defesa da unicidade da norma e da correção, outra baseada em fatos estritamente empíricos sem impor, de forma alguma, uma determinada norma.

Na Argentina, esta problemática não é considerada tão polêmica como resulta nas gramáticas brasileiras. Di Tullio apresenta um outro tipo de problemática, que consiste em uma desvalorização da gramática como instrumento de análise, como conhecimento obrigatório nas curricula na escola. Ademais, a autora defende a gramática tradicional com fins metodológicos e didáticos. As obras de Kovacci e de Bosque & Demonte não apresentam nenhuma destas preocupações. Bosque & Demonte baseia-se na cientificidade da gramática descritiva, mas não especifica que seja em resposta a uma determinada problemática.

Para tratar o problema das variedades, primeiro devemos ter em conta que existiram diferenças sócio-históricas quanto à produção das gramáticas na América portuguesa e na espanhola que, sem dúvida, marcaram o futuro da sistematização das duas línguas. Na América portuguesa esta sistematização permanece reduzida à língua nacional do português do Brasil, mas na América espanhola encontra-se subdividida em diferentes nações, portanto, diferentes línguas nacionais. Acreditamos que em termos históricos a partir deste fato, estabeleceu-se uma relação mais estreita entre os países hispanofalantes - incluindo a península - do que entre os países lusófonos, que não manifestam no processo de gramatização e na constituição da língua nacional uma posição comum com as outras antigas colônias portuguesas, que também herdaram a língua, ou com a península. Atualmente, identificamos a presença de um bloco, não homogêneo, mas em constante contato entre os países falantes de Espanhol (uma amostra disso é a gramática de Bosque & Demonte). Podemos identificar isto na extensa

lista de gramáticas de diferentes origens presentes nos programas de ensino das universidades argentinas. Não observamos isto nos países com o português como língua oficial mas, talvez com o acordo ortográfico o contato se acentue.

As gramáticas que circulam na Argentina apresentam uma descrição baseada em um exemplário de diversas variedades diatópicas. É o caso da gramática de Kovacci, que justifica seu exemplário na maior quantidade de registros de diferentes variedades, e da gramática de Di Tullio que não especifica ser um espanhol de uma determinada variedade geográfica. A gramática de Bosque & Demonte procura se limitar à variedade peninsular, mas a obra consiste em um compêndio de autores de procedências diversas. Notamos nestas três obras que não existe uma preocupação por recortar a descrição a uma variedade específica, nem mencionam uma língua nacional determinada, excetuando Bosque & Demonte que falam de língua peninsular.

Pelo contrário, as variedades selecionadas nos manuais de circulação brasileira são centradas em uma língua padrão, que representaria a unidade dentro da diversidade. Perini explicita que se centra na variedade padrão da língua portuguesa no Brasil. A temática das variedades é mais desenvolvida e explícita nas gramáticas brasileiras do que nas argentinas. Acreditamos que isto se deve a que as gramáticas de Bechara e Cunha & Cintra seguem um lineamento mais social, considerando à língua como conjunto de diferentes sistemas inter-relacionados. E Perini acentua nesta temática por querer questionar as gramáticas que se baseiam na normatização do português dos textos literários e defender um método gramatical baseado em textos empíricos que representem a língua padrão, sem idioletos, nem regionalismos. Em conclusão, estas três gramáticas identificam uma variedade brasileira e se preocupam por como conceituá-la seja como variedade padrão (Perini), seja em comparação com a variedade de Portugal (Cunha & Cintra), seja considerando a língua histórica portuguesa como diassistema (Bechara).

Contudo, concluímos que não somente as gramáticas se baseiam em pontos de vista diferentes no tocante a posicionamentos teóricos, mas também existem diferenças nos interesses, nas preocupações que manifestam cada obra. Acreditamos que esta diferença deve-se aos diversos contextos sociais, culturais e uma tradição lingüística outra. Também existem diferenças na sociedade receptora destas gramáticas e influências distintas do que Aurox denomina de hiperlíngua em cada sociedade.

6. Referências bibliográficas

6.1. Corpus de análise

BECHARA, Evanildo ([1961] 2009) *Moderna Gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Pontes.

BOSQUE, Violeta & DEMONTE, Ignacio, (1999) *Gramática descriptiva de la lengua española*. Madrid: Espasa.

CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley ([1984] 2007) *A Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lexicon.

DI TULLIO, Ángela. ([1999] 2010) *Manual de Gramática del español*. Buenos Aires: Waldhuter.

KOVACCI, Ofelia, (1990) *El comentario gramatical*. Tomo I, Madrid: Arco.

KOVACCI, Ofelia, (1992) *El comentario gramatical*. Tomo II, Madrid: Arco

PERINI, Mário ([1995] 2000) *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática.

6.2. Obras citadas

ALTMAN, Cristina (2009) “Retrospectivas e perspectivas da historiografia da linguística no Brasil”. In: *Revista argentina de historiografía lingüística*, I, 2, 115-136.

AUROUX, Sylvain (1992) *A Revolução da Gramatização*. Campinas: Ed. Da Unicamp.

AUROUX, Sylvain (1997) “La réalité de l'hyperlangue” In: *Langages*, 31e année, n° 127. . Langue, praxis et production de sens. pp. 110-121.

BAKHTIN, Mikhail (1992) “Os gêneros do discurso” In: *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martin Fontes, pp. 279-326.

BAKHITN, M./VOLOSHINOV, V. N. (1997) *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec.

BRONCKART, Jean-Paul, (2003) *Atividade de linguagem, textos e discursos, Por um interacionismo sócio-discursivo*. São Paulo: Educ.

CIAPUSCIO, Guiomar Elena (2007) *Apuntes para una evaluación de los estudios lingüísticos en la Argentina*. Instituto de Filología y Literaturas Hispánicas “Dr. Amado Alonso”, Universidad de Buenos Aires, CONICIT, Hispanic Issues Online, disponível em: <http://hispanicissues.umn.edu/assets/pdf/13-HIOL-2-11.pdf>. Acesso em: 15/06/2010.

CHOMSKY, Noam (1957) *Estructuras sintácticas*. Madrid: Aguilar.

CHOMSKY, Noam. (1989) *El conocimiento del lenguaje*. Madrid: Alianza.

COSERIU, Eugenio (1980) “XII Panorama da Lingüística ibero-ameridicana”, In *Tradição e novidade na Ciência da Linguagem*. Rio de Janeiro: Peresença.

COSERIU, Eguenio (1982) *O homem e a sua linguagem*. Rio de Janeiro: Presença.

DI TULLIO, Ángela (2007) *La lingüística en la Argentina: una ojeada retrospectiva*. Universidad del Comahue, Hispanic Issues Online. Disponível em: <http://hispanicissues.umn.edu/assets/pdf/14-HIOL-2-12.pdf>. Acesso em: 25/06/2010.

GIAMMATTEO, M. & ALBANO, H. (2007) *Los estudios lingüísticos en Argentina: un breve Panorama*. Universidad de Buenos Aires, Hispanic Issues Online, disponível em: <http://hispanicissues.umn.edu/assets/pdf/12-HIOL-2-10.pdf>. Acesso em: 15/06/2010.

GONZÁLEZ, Beatriz Arellano (2002) *Relaciones entre la semántica y la sintaxis: cuestiones teóricas sobre la propuesta de Jackendoff*, DICENDA. Cuadernos de Filología Hispánica, Vol. 20, 11-27, disponível em: <http://revistas.ucm.es/flil/02122952/articulos/DICE0202110011A.PDF>. Acesso em: 04/01/2011.

GUIMARÃES, Eduardo (1996) “Sinopse dos Estudos do Português no Brasil: A Gramatização Brasileira” In: GUIMARÃES, Eduardo e ORLANDI, Eni Puccinelli (orgs). *Língua e Cidadania. O Português no Brasil*. Campinas. Pontes,127-138.

HJEMSLEV, Louis (1980) *Prolegómenos a uma teoria lingüística*. Madrid: Gredos.

- ORLANDI, Eni P. (1999) *Análise do Discurso*. Campinas: Pontes Editores.
- ORLANDI, Eni. P. (2001) *História das idéias lingüísticas*. Campinas: Pontes.
- MAINGUENEAU, D. (2004) “Heterogeneidade mostrada/constitutiva”. In: CHARAUDEAU, P; MAINGUENAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. São Paulo: Contexto pp. 261, 262.
- LLORACH, Emilio (1996) *Gramática de la lengua española*. Madrid: Espasa
- MACAMBIRA José Rebouças (1987) *A estrutura morfo-sintática do português*. São Paulo: Livraria pioneira.
- MARTINET, André, (1968) *Elementos de lingüística general*. Madrid: Gredos.
- MEILLET, Antoine, (1982) *Linguistique historique et linguistique général*. Paris: Champion.
- MIRA MATEUS, M. H.; BRITO A. M.; et al. (1989) *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- PAVEAU, M-A.; SARFATI, G. (2006) *As grandes teorias da linguística. Da gramática comparada à pragmática*. São Carlos: Claraluz.
- PERINI, M. A. (1997) *Sofrendo a gramática*. São Paulo: Ática.
- PERINI, M.A. (1993) *Para uma Nova Gramática do Português*. São Paulo: Atica.
- SALIDO, Maria do Carmo (1997-1998) “La gramática castellana de Amado Alonso y Pedro Henríquez Ureña”, *Cauce Revista de Filología y su Didáctica*, nº20-21, 93-116, disponível em: http://cvc.cervantes.es/literatura/cauce/pdf/cauce20-21/cauce20-21_08.pdf, Acesso em: 12/10/10.
- RAE, site oficial da Real Academia Espanhola (s/d) Breve historia, <http://www.rae.es/rae/gestores/gespub000038.nsf/voTodosporId/EAB58620A1F99AEDC12572D4002AC6D3?OpenDocument>. Acesso em: 04/10/10.
- VAN DIJK, T. A. (1997) *La ciencia del texto*. Buenos Aires: Paidós.

7. Anexo